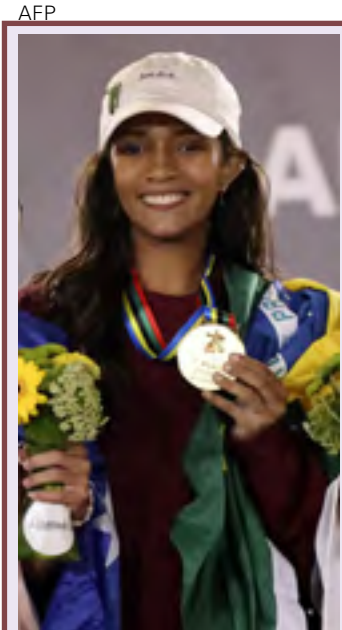


Governo Bolsonaro foi alertado e se recusou a atender yanomamis



Rayssa Leal é campeã mundial de Skate Street. Rayssa Leal, a nossa Fadinha, ganhou o campeonato Mundial de Skate Street. A competição organizada pela World Skate em Sharjah aconteceu no domingo (5), nos Emirados Árabes Unidos. O título conquistado corresponde ao Mundial do ano passado, já que o campeonato de 2022 era para ter acontecido no Rio de Janeiro, mas foi cancelado e transferido. **Pág. 4**

HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.892 8 a 14 de Fevereiro de 2023

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Documentos comprovam a ação deliberada para jogar indígenas no caos

O governo de Jair Bolsonaro foi alertado, em junho e julho de 2021, pelo governo de Roraima sobre a catástrofe humanitária nas comunidades yanomamis e não enviou as cestas básicas que foram requeridas, registram oficiais daquele ano. Dois oficiais, de junho e julho de 2021, obtidos pela Agência Brasil, confirmam que o governo Bolsonaro deixou de agir para salvar os yanomamis de maneira consciente e deliberada, apesar dos alertas. A expulsão do garimpo ilegal já começou, com ação da PF, Ibama, após as FFAA reassumirem o controle aéreo e fluvial da região. **P 3**

“Esse aumento de juros é uma vergonha”, reage Lula à Selic



Milhares de feridos e desabrigados. Mais de 3 mil prédios foram destruídos pelo terremoto devastador

Terremoto mata mais de 3 mil na Turquia e Síria

Terremoto de magnitude 7,8 na Escala Richter atingiu o sudeste da Turquia e o norte da Síria e até o momento do fechamento da edição desta matéria, o número de mortos ultrapassava os 3.000. Enquanto o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, declarou luto nacional por uma semana, o presidente da Síria, Bashar Al Assad, dirigiu reunião emergencial de governo para discutir as providências para enfrentar a tragédia. O presidente Lula se solidarizou com os povos turco e sírio pela tragédia. Mais de 3 mil prédios foram derrubados pelo terremoto, que teve seu epicentro na região centro-sul da Turquia, perto da fronteira com a Síria. **Página 6**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na posse de Aloysio Mercadante na presidência do BNDES, na segunda-feira (6), no Rio de Janeiro, que “não existe nenhuma justificativa para que a taxa de juros esteja em 13,75%. É só a gente ver a carta do Copom para ver que é uma vergonha esse aumento de juro e a explicação que eles deram para a sociedade brasileira”. Para Lula, “o problema não é de um banco independente ou ligado ao governo. O problema é que este país tem uma cultura de viver com juros altos, que não combina com a necessidade de crescimento que nós temos”. **Página 2**

“Valorização do salário mínimo é prioridade das Centrais”, afirma Adilson da CTB

Adilson Araújo, presidente da CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, declarou que “ratificar o salário mínimo do Bolsonaro, de R\$ 1.302,00, não seria a melhor medida”. Disse que “prefere perder lutando nas ruas do que pelo painel da Folha”. **Página 5**

Testemunho liga Michelle a caixa 2 com rachadinha e pacote de dinheiro

Um funcionário do Palácio da Alvorada revelou ao site Metrôpoles o esquema de corrupção que a família Bolsonaro chefiava. A assessora parlamentar e amiga pessoal de Michelle Bolsonaro, Rosemary Cardoso Cordeiro, repassava parte de seu salário para a então primeira-dama, em pacotes de dinheiro vivo. **Página 3**

Metas irrealistas para inflação e contas públicas atrapalham governo Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou na campanha que daria isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco salários mínimos. Ele gostaria de iniciar já este ano com a isenção para quem ganha até dois salários mínimos, mas sua intenção está esbarrando em uma forte resistência da área econômica do próprio governo, que calcula uma perda fiscal de cerca de R\$ 10 bilhões.

REAJUSTE NA TABELA DO IR

A tabela com os percentuais de tributação do Imposto de Renda (IR) por faixa de renda, sem correção pelo índice de inflação, acumula, até o final de 2022, uma defasagem média de 51% em relação a 2015, quando houve o último reajuste parcial da tabela. Nos quatro anos do governo Bolsonaro, a defasagem foi de 26,25%, período no qual não se cumpriu a promessa de campanha de corrigir a tabela.

A alegação para não atender ao que deseja – e pretende – o atual presidente da República é de que a medida afetaria a arrecadação. Essa é também a opinião do chamado “mercado”, bastante criticado por Lula – que na verdade não passa de um grupo de bancos e monopólios – e que não admite qualquer medida que favoreça a população ou que ameace afetar o sacrossanto pagamento dos juros da dívida pública.

RECUPERAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Trata-se da mesma lógica dos que estão contra o início – também pretendido por Lula – da política de recuperação do poder de compra do salário mínimo. Eles são contra elevar o salário mínimo de R\$ 1.302, definido por Bolsonaro, para R\$ 1.320, como quer o atual presidente. Alegam que estas “despesas” a mais – de cerca de R\$ 6,7 bilhões – afetariam o equilíbrio das contas públicas. O curioso é que não se observa o mesmo comportamento restritivo por parte do mercado e dos tecnocratas quando há aumento dos juros e, por consequência, das despesas financeiras, que já consomem 66% dos recursos orçamentários.

Só para se ter uma ideia, dos R\$ 5,3 trilhões previstos de receita no Orçamento proposto para o ano de 2023, os gastos com o refinanciamento da dívida consumirão R\$ 3,33 trilhões, ou seja, 66% dos recursos orçamentários. Apenas com juros são previstos gastos de R\$ 700 bilhões para 2022 e, com a Selic mantida nas alturas, podem chegar a R\$ 800 bilhões em 2023. Mas, para os “fiscalistas” é o salário mínimo e a revisão da tabela do IR que vão “desequilibrar as contas”.

Em seus discursos recentes, o presidente Lula tem feito críticas contundentes a esta “desinteressada” prioridade nos gastos públicos. Aliás, ele quer redefinir o termo “gastos”. Para o presidente, recursos para Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, por exemplo, não são gastos, mas sim, investimento. O “mercado” chama esses investimentos de “gastança”.

GASTOS FINANCEIROS

Só nos últimos 12 meses até setembro, a transferência de recursos da União, Estados e municípios ao setor financeiro, por meio dos juros da dívida pública, atingiu a soma de R\$ 591,996 bilhões. De acordo com dados do Banco Central, essa cifra bilionária representa 6,29% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. No mesmo intervalo de meses de 2021, haviam sido transferidos R\$ 351,8 bilhões (4,17% do PIB).

São duas as questões levantadas como solução para o “problema” do salário e do imposto. A primeira, apontada por Lula em sua entrevista à Rede TV desta quinta-feira (2), é a redução das taxas de juros. O Brasil está com uma taxa Selic de 13,75%, a maior taxa real de juros do mundo. “O presidente do Banco Central tem que explicar por que 13,5%, e por que qualquer perspectiva de voltar a aumentar se nós não temos inflação de demanda”, questionou o presidente da República na entrevista.

“O que está na pauta é a questão da taxa de juros”, assinalou o presidente Lula. “Nós fizemos uma meta de 4,5% com menos 2 e mais 2. Eu estou dizendo que o Brasil não precisava disso. Ora, este país, com 4% de inflação, com a economia crescendo, esse país vai embora, esse país cresce. É que o presidente do Banco Central nunca viveu a inflação que eu vivi de 80% ao mês. Nunca viveu”, disse o novo mandatário.

INFLAÇÃO PADRÃO EUROPEU

“Então ele quer chegar à inflação padrão europeu, e não, nós temos que chegar à inflação padrão Brasil. Uma inflação de 4,5% no Brasil, de 4%, é de bom tamanho se a economia crescer”, prosseguiu. “Você, com 4% de inflação, com 4,5, com a economia crescendo, é uma coisa extraordinária. Agora, você faz uma meta que é ilusória, você não a cumpre e, por conta disso você fica prejudicado”, argumentou Lula.

Leia a matéria completa no HP: <https://horadopovo.com.br/metas-irrealistas-para-inflacao-e-contas-publicas-atrapalham-governo-lula/>

SÉRGIO CRUZ

“Não existe nenhuma justificativa para juro em 13,75%”, diz Lula



Presidente Lula discursa na posse de Aloysio Mercadante, presidente do BNDÉS

Produção industrial fica estagnada em dezembro e fecha 2022 no vermelho

A produção industrial brasileira registrou variação nula (0,0%) em dezembro de 2022, após registrar -0,1% em novembro e 0,3% em outubro, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada hoje (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a indústria acumula um recuo de 0,7%.

Com o resultado, a indústria brasileira encontra-se 2,2% abaixo do patamar pré-pandemia da Covid-19 (fevereiro de 2020) e 18,5% abaixo do nível recorde da série, de maio de 2011. Em relação a dezembro de 2021, caiu -1,3%.

Em 2021, a produção industrial fechou em 3,9%, influenciada por uma base baixa de comparação, quando o país com a economia já estagnada enfrentou a crise da Covid-19. Nos anos anteriores o setor registrou queda na produção: em 2019 (-1,1%) e 2020 (-4,5%). “Muito do crescimento de 2021 (3,9%) tem relação direta com a queda significativa de 2020, ocasionada por conta do início da pandemia. Avançou em 2021, mas foi influenciada por uma base baixa de comparação e não superou as perdas de 2020”, diz o gerente da pesquisa, André Macedo.

Os efeitos dos juros elevados, que estrangulam investimentos e o consumo das famílias, já era alertado pelo setor produtivo e se manifestou não só nos resultados de pesquisas feitas junto à indústria, ao comércio varejista e ao setor de serviços, assim como nos altos índices de inadimplência das empresas e famílias brasileiras. Segundo o Serasa, em dezembro de 2022, 69,43 milhões de brasileiros estavam com o nome

restrito. Em outubro, eram 6,3 milhões de empresas com dívidas em atraso.

Ao analisar o resultado do produção industrial, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo alertou sobre a manutenção da taxa básica de juros pelo Banco Central na quarta-feira (1) em 13,75% e por tempo prolongado, que impõe o maior juro real do mundo (descontada a inflação).

“Esse quadro adverso das condições financeiras, somado à expectativa de manutenção da taxa de juros em patamar elevado por um período mais longo e um quadro de desaceleração global, tende a manter um ambiente desafiador para a indústria de transformação, sobretudo no primeiro semestre do ano”, diz a Fiesp.

Nesse quadro, a entidade prevê mais um ano de recuo na atividade industrial em 2023 de 0,5%. Por outro lado, diz, “fortalece a necessidade de ações prioritárias” para reverter a situação, além da redução dos juros “absurdos que impedem que o Brasil cresça”, como declarou o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, em reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), sobre a decisão do BC em manter a taxa em 13,75%, afirmou: “Há mais de um ano que a Selic se encontra em patamar alto o suficiente para inibir a atividade econômica” e defendeu que se “inicie logo o processo de redução da Selic, para evitar custos adicionais à atividade econômica”.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) destacou: “o resultado da indústria no mês de dez/22, di-

vulgado hoje pelo IBGE, ilustra bem o quadro do setor no ano passado. Mais uma vez não houve crescimento”.

“Em 2022 muitos obstáculos conjunturais estiveram em atuação, como pressões de custo, gargalos remanescentes das cadeias, aumento das taxas de juros e encarecimento do crédito, desemprego e queda do poder de compra, além das incertezas advindas do campo político e do cenário internacional”, diz o Instituto, destacando que, apesar disso, “os problemas da indústria brasileira não vêm de agora e são muito mais profundos”.

“As adversidades pontuais e estruturais se traduzem em uma sequência de resultados ruins que já está ficando bastante longa, comprometendo novos ciclos de investimento e modernização do parque produtivo que são essenciais para a competitividade do setor. Entre 2014 e 2022, em 2/3 do tempo a indústria ficou no vermelho e os anos positivos em geral foram recuperações parciais de quedas anteriores”, afirma o Iedi.

O gerente da pesquisa André Macedo aponta que, além dos juros em elevação, que afeta diretamente os custos de crédito, a inflação, principalmente dos alimentos, impacta na renda das famílias e, por consequência, no consumo. Ele cita o aumento das altas taxas de inadimplência e de endividamento e o mercado de trabalho, que “ainda se caracteriza pela precarização dos postos de trabalhos gerados”.

Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/sob-o-juro-alto-producao-industrial-fecha-estagnada-em-dezembro-e-fecha-2022-no-vermelho/>

Refinaria privatizada em Manaus vende o gás de cozinha mais caro do Brasil

A Refinaria da Amazônia (Ream), antiga Isaac Sabbá (Reman), privatizada pelo governo Bolsonaro no final de novembro do ano passado, já vende o botijão do gás de cozinha mais caro do país, segundo apontam números divulgados pelo Observatório Social do Petróleo (OSP), organização ligada à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

Sob o controle do grupo privado Atem, desde o início de dezembro de 2022, o preço do botijão da Reman já é 37,1% superior ao das refinarias da Petrobrás e está 14% acima do cobrado pela Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, privatizada no final do ano de 2021, que sob o controle do fundo árabe Mubadala Capital passou a se chamar Mataripe. No ano passado ela estava na ponta dos preços altos dos combustíveis.

“O gás de cozinha é um dos maiores problemas na economia brasileira hoje. Estamos em uma tendência de queda no consumo de GLP, por conta dos preços altíssimos do botijão”, destacou o economista do OSP e do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps), Eric Gil Dantas.

O estudo do OSP aponta também para o recuo do consumo de gás de cozinha tanto no âmbito nacional como regional em 2022, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Entre os meses de janeiro a novembro do ano passado, a venda de botijões de GLP caiu 3,01% no Brasil e 0,65% na região Norte. Em 2021, o consumo nacional já tinha diminuído em 4,18%, com redução de 2,35% no Norte do país.



Antiga Remam da Petrobrás, em Manaus

“Desde 2021 as famílias vêm substituindo gás de cozinha por lenha em todo o país. Com a privatização da Reman e a decorrente explosão do preço do GLP na região, esse problema se acentuará. Desde que foi privatizada, o preço da refinaria subiu 16%. Com certeza já veremos o reflexo disso nos dados de consumo de GLP em janeiro para a região”, afirma Gil Dantas. Em janeiro, a Ream vendia em média o metro cúbico de gás liquefeito de petróleo (GLP) a R\$ 4,42; a Mataripe, a R\$ 3,4; e a Petrobrás, a R\$ 3,2.

A Reman, que fornece combustíveis aos Estados do Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Acre e Roraima, foi vendida pelo governo Bolsonaro em agosto de 2021 por US\$ 257,2 milhões ao grupo privado Atem. No entanto, o processo de venda só foi concluído em 30 de novembro do ano

passado.

Segundo levantamento da OSP, antes da privatização, a refinaria amazense vendia o GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), conhecido popularmente como gás de cozinha, a 0,8%, em média, mais barato do que as outras refinarias estatais. No entanto, passado o controle para a iniciativa privada. “a Ream cobra, em média, 29,5% a mais do que as refinarias da Petrobrás e 10,4% mais caro do que a refinaria baiana, que opera sob gestão privada da Acelen desde dezembro de 2021” informa o OSP.

De acordo com OSP, o levantamento, que tem como base dados de preços do GLP vendidos às distribuidoras pela Petrobrás, Ream e Mataripe, antes e após as privatizações, leva em consideração o período de 01/03/2022 até o dia 3 de fevereiro.

“Esse aumento de juro e a explicação deles é uma vergonha”, afirma o presidente Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na posse de Aloysio Mercadante na presidência do BNDÉS, nesta segunda-feira (6), no Rio de Janeiro, que “não existe nenhuma justificativa para que a taxa de juros esteja em 13,75%. E só a gente ver a carta do Copom para ver que é uma vergonha esse aumento de juro e a explicação que eles deram para a sociedade brasileira”.

O presidente voltou a criticar a autonomia do BC que mantém os juros nas alturas. “Agora resolveu tudo. O Banco Central é independente e não vai mais ter problema de juro. Ledo engano. O problema não é de um banco independente ou ligado ao governo. O problema é que este país tem uma cultura de viver com juros altos, que não combina com a necessidade de crescimento que nós temos”, disse Lula.

“O BNDÉS pode contribuir para fazer com que a taxa de juros nesse país caia”, afirmou Lula. “Porque não tem explicação para que a taxa de juros esteja 13,5%. Como vou pedir para os empresários ligados à FIESP [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] investir, se eles não conseguem tomar dinheiro emprestado?”, questionou Lula.

O Banco Central manteve a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada em 1º de fevereiro, no elevado patamar desde 3 de agosto do ano passado. Com o Brasil ocupando o primeiro lugar no ranking mundial de juros reais (descontada a inflação).

Lula também questionou por que acabaram com a TJLP, a taxa de juros de longo prazo do BNDÉS. “E para que não tivesse financiamento de longo prazo? Por que o BNDÉS deixou de ser um grande investidor e indutor do desenvol-

vimento e passou a financiar o governo?”

“A sua missão, meu caro Aloizio, é fazer esse banco voltar a ser motivo de orgulho do povo brasileiro. Esse banco tem de pegar dinheiro e devolver para o governo gerando investimento, gerando emprego, gerando renda e gerando melhoria na qualidade de vida do nosso povo”, afirmou Lula.

“Se o BNDÉS é um banco de desenvolvimento e a gente percebe que, quando ele investe, a economia cresce, e quando não investe, a economia não cresce, eu fico me perguntando como é que vamos fazer voltar os investimentos em obra de infraestrutura nesse país”, questionou o presidente da República.

Lula lembrou as mais de 14 mil obras paradas atualmente no país. Só na área de educação são quatro mil. E defendeu o investimentos através dos bancos públicos, como o BNDES, CAIXA, Banco do Brasil, BASA e BNB, para movimentar a economia, gerar empregos, induzir investimentos privados e priorizar a qualidade de vida dos brasileiros.

“Tem algumas palavras que são mágicas na boca de todos nós. A palavra credibilidade é muito importante para quem governa. A palavra estabilidade é importante. A palavra previsibilidade. A palavra responsabilidade fiscal é muito importante. A palavra responsabilidade social é mais importante ainda. O importante é saber qual delas a gente vai privilegiar ao sentar à mesa e decidir para que lado a balança vai pender em determinado momento”, disse o presidente.

“Se nós temos uma dívida fiscal de 20 anos, de 30 anos, de 40 anos, nós temos uma dívida social de 100 anos, uma dívida social de 200 anos, uma dívida social impagável se a gente não colocar o assunto como prioridade”, afirmou.

Governo suspende isenção do etanol dos Estados Unidos

O Brasil retomou a cobrança do imposto de importação sobre o etanol na última quarta-feira (1), após decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex), sustentada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. A alíquota de 16% sobre o produto será aplicada até o final deste ano – a partir disto, o imposto será elevado a 18%.

Apesar do Brasil ser o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo e autossuficiente na produção de etanol, o imposto sobre importação foi zerado em março de 2022 – na esteira das medidas de caráter eleitoral de Jair Bolsonaro, que saiu derrotado nas eleições de outubro.

De acordo com o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, essa desoneração “prejudicava a indústria nacional de etanol, que é responsável pela geração de empregos, oportunidades e energia limpa e precisa ser valorizada”.

Segundo o Ministério, o etanol brasileiro é mais competitivo e mais barato na maioria das regiões do Brasil, e o setor tem capacidade de fornecer o biocombustível para atender à demanda interna. “Não há risco de desabastecimento e nem subida de preço”, afirmou o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Roberto Perosa.

Os Estados Unidos, na posição de maior produtor de etanol do mundo, eram os principais beneficiários da medida, em prejuízo dos produtores nacionais, particularmente do Nordeste. É importante lembrar que, em 2020, a relação do embaixador dos EUA no Brasil, Todd Chapman, com o então governo foi alvo de investigações após denúncias de pressão e negociações escusas para que o imposto fosse zerado. O então presidente Donald Trump chegou a assumir em público a “exigência”, atendida por Bolsonaro mais tarde.

Alegando que a isenção de impostos reduziria a pressão inflacionária sobre os combustíveis (inclusive da gasolina, que tem 27% de álcool anidro na sua composição atual), na prática o impacto foi inexistente.

O retorno do imposto de importação, que era praticado no Brasil desde 1995 a partir de acordo com o Mercosul, era um

pleito da indústria nacional sucroalcooleira. Além dos prejuízos aos produtores, que passaram a enfrentar uma competição desleal com as facilidades para a entrada do etanol importado, o setor alega falta de reciprocidade em relação ao comércio do combustível nos Estados Unidos.

O líder do Fórum Nacional Sucroenergético (FNS), Mário Campos Filho, comemora o retorno do imposto de importação, que, segundo ele, será importante para a sobrevivência e competitividade da indústria nacional do etanol, reiterando que outros países não abrem mão de duas políticas de proteção.

“Um retorno normal, afinal, a tarifa zero tinha data para começar e data para terminar. A gente vê isso com muita tranquilidade. Sofremos restrições em vários países do mundo. Então, a gente tem que ser muito pragmático nesse setor. O Brasil tem que olhar com uma visão de Brasil. Se fosse um mercado todo livre, se nossos produtos tivessem essa liberdade toda lá fora, aí seria uma outra situação. Mas não é isso que a gente observa no comércio exterior”, argumentou. A taxação composta do produto nos Estados Unidos chega a 140%.

Apesar das regalias unilaterais, o presidente da FNS afirma que “o impacto do corte da taxa de importação foi zero”.

“Zerar a tarifa foi inócuo naquele período. E nós avisamos”, comentou em reportagem da Agência ephr. O preço da gasolina e do etanol chegou a recuar no segundo semestre de 2020, mas a queda é atribuída a outras medidas, como desoneração de impostos federais e do ICMS, além de, sobretudo, a redução dos preços praticados pela Petrobrás.

De acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em maio de 2022, mês de maior volume de entrada de etanol anidro e hidratado no Brasil, as importações responderam por apenas 6% das vendas no mercado doméstico.

Além disso, a ausência de impostos não teve impacto prático nos preços também porque, nos Estados Unidos, o etanol é produzido do milho – que ficou mais caro em meio à disparada dos preços das commodities no mercado internacional.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dfi@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@yahoo.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Lula publicou mensagem nas redes Brasil presta solidariedade aos povos da Síria e Turquia atingidos por forte terremoto

O presidente Lula se solidarizou pelas redes sociais com as vítimas do terremoto de magnitude 7,8 que atingiu a Síria e a Turquia e causou a morte de mais de 3.000 pessoas. Mais de seis mil ficaram feridos.

“Olhamos com preocupação para as notícias vindas da Turquia e Síria, após terremoto de grande magnitude. O Brasil manifesta sua solidariedade com os povos dos dois países, com as famílias das vítimas e todos que perderam suas casas nessa tragédia”, publicou o presidente em suas redes sociais.

Até o momento da publicação desta matéria, a Turquia registrou a morte de 1.498 pessoas por conta do desastre natural. Na Síria, morreram 592 pessoas. Os números crescem a cada atualização.

O terremoto é o mais forte sofrido na região desde 1939, apontou o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan. As regiões sul da Turquia e norte da Síria foram as atingidas pelo sismo.

As imagens mostram que prédios inteiros foram derrubados pelos tremores. Na Turquia, o castelo Gaziantep, de mais de dois mil anos, foi destruído pelo terremoto.

Mais de 9 mil pessoas estão participando das operações de resgate.

As duas maiores cidades da Síria, Damasco e Aleppo, foram danificadas.

Depois do primeiro abalo, de 7,8 pontos na escala Richter, vários outros aconteceram nas horas seguintes.

A Rússia está preparando o envio de dois aviões com socorristas para auxiliar nas operações de resgate nos dois países. Um comunicado do governo afirma que “nossos socorristas têm todo o conhecimento e equipamento necessário para lidar com as consequências de tais emergências e estão prontos para partir para a zona do terremoto”.

Moraes ordena que Marcos do Val seja investigado por suas versões sobre plano de golpe

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, na sexta-feira (3), abertura de apuração sobre as declarações do senador Marcos do Val (Podemos-ES) a respeito de plano de golpe de Estado para o qual ele teria sido coagido a participar por Bolsonaro e Daniel Silveira.

Segundo o senador capixaba, diga-se de passagem, bolsonarista, estariam por trás dessa trama o ex-deputado, também bolsonarista, Daniel Silveira (PTB-RJ), e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em seguida, em oitiva na PF (Polícia Federal), o senador tirou da cena do crime o ex-chefe do Executivo.

No depoimento, ele teria dado nova versão para o que ele havia dito em ‘lives’ e em entrevistas a veículos de imprensa.

Especula-se que Marcos do Val aliviou para Bolsonaro por pressões dos filhos do ex-presidente, de quem o senador se diz amigo.

Moraes quer investigar se o senador teria cometido os crimes de falso testemunho, denúncia caluniosa e coação no curso do processo. Segundo o magistrado, como o senador apresentou versões divergentes, é preciso esclarecer o que de fato ocorreu.

O senador Marcos do Val vai ser investigado em apuração independente daquela aberta para examinar as responsabilidades pelos atos ocorridos dia 8 de janeiro.

Nesta data, se-

M. V.

Bolsonaro recusou socorro a indígenas, dizem documentos



Crianças yanomamis estão com quadro de desnutrição grave e doenças Testemunhos e provas ligam Michelle a esquema de Caixa 2 do ajudante de Jair

A assessora parlamentar e amiga pessoal de Michelle Bolsonaro, Rosemary Cardoso Cordeiro, repassava parte de seu salário para a então primeira-dama regularmente em pacotes de dinheiro vivo chamados de “encomendas”.

Um funcionário do Palácio da Alvorada, residência do presidente da República, contou ao site Metrôpoles o esquema de corrupção que a família Bolsonaro chefiava.

Rosemary Cardoso Cordeiro era assessora do senador Roberto Rocha (PTB-MA) e recebia R\$ 6 mil. Depois que a amiga Michelle virou primeira-dama, Rosi, como é chamada, foi promovida e passou a receber R\$ 17 mil.

A partir de então, Rosi começou a enviar pacotes de dinheiro vivo para o Palácio da Alvorada. Auxiliares de Mauro Cid, então ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, buscavam as “encomendas” no Congresso Nacional ou na casa de Rosemary, em Riacho Fundo (DF), inclusive usando carros oficiais.

Um funcionário do Palácio disse, em condição de anonimato, que as entregas aconteciam “duas vezes por semana, mais no início do mês”. A “encomenda” era em carregamento de dinheiro vivo, confirmou.

Michelle “pegava

dinheiro para pagar as contas mensais que se tinha, [para] as contas particulares que era pego essa quantia”, disse o funcionário.

Um áudio obtido pelo Metrôpoles confirma as entregas. Nele, Rosemary diz: “Querido, você tá por perto? Tem como a gente combinar uns 40 minutos? Para eu te entregar a encomenda lá da Mi? Ai só me avisa que eu desço para te entregar”.

Os funcionários do Palácio da Alvorada tinham a certeza, segundo o jornal, de que “Rosi repassava a Michelle uma parte do salário que ganhava no Senado”.

O Metrôpoles divulgou documentos que comprovam que Mauro Cid era quem pagava o curso de arquitetura da meia-irmã de Michelle Bolsonaro, Geovanna Kathleen.

Além disso, a ex-primeira-dama pedia para a equipe do ajudante de ordens que fizesse saques para entregar dinheiro para familiares ou pagar boletos de gastos pessoais.

Outra mensagem obtida pelo Metrôpoles mostra um assessor de Michelle Bolsonaro pedindo, sob ordens da ex-primeira-dama, para que o tenente-coronel Mauro Cid, ajudante de ordens de Bolsonaro, fizesse um saque de R\$ 584 para que um boleto fosse pago.

PF identifica várias digitais no decreto golpista e desmente Anderson Torres

A Polícia Federal encontrou marcas digitais de diversas pessoas no decreto golpista de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, e está usando tecnologia para identificar seus autores.

Segundo Valdo Cruz, do G1, um investigador disse que “fragmentos de digitais de diversas pessoas” foram encontrados durante a perícia, sendo isso um indicio de que o documento passou por outras mãos, e não somente a de Anderson Torres.

As digitais obtidas no documento serão cruzadas com bancos de dados, podendo chegar até as pessoas a quem pertencem.

Caso confirmada, essa prova desmonta a narrativa de Anderson Torres de que a minuta golpista lhe foi entregue por um desconhecido e não teria passado pelas mãos de mais ninguém do governo Bolsonaro.

Por ocupar, à época, um cargo público, Anderson Torres incorreu em crime ao não denunciar um esquema para tentar promover um golpe de estado.

O decreto golpista,

que instalaria um “estado de defesa” para

alterar o resultado das eleições presidenciais, foi encontrado na casa de Anderson Torres pela PF durante uma operação de busca e apreensão.

Torres está sendo investigado por ter desmobilizado, enquanto secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, as tropas do DF para permitir o atentado terrorista do dia 8 de janeiro.

A investigação está trabalhando com a possibilidade do decreto golpista ter sido discutido na cúpula do governo Bolsonaro.

O ex-ministro Anderson Torres viajou para os Estados Unidos no dia 7 de janeiro, um dia antes da tentativa de golpe, mesmo que chefiasse a Secretaria de Segurança Pública do DF e suas férias, autoconcedidas, só começassem no dia 9.

Ele foi para Orlando, na Flórida, mesma cidade que Bolsonaro está desde que fugiu do Brasil, no dia 31 de dezembro.

Quando voltou para se entregar à PF, An-

“Boa tarde Cel Cid, dona Michelle pediu o senhor para fazer um saque para pagar esse boleto no valo [sic] de 584,60”, disse o assessor. “Tem que ser hoje, devido o desconto!”.

Mauro Cid respondeu: “só peça dinheiro a mando dela!!!”.

O assessor então falou: “eu estou indo pra rua agora qualquer coisa passo no planalto e pago”. “Ok. Pega na Ajudancia. Já vou deixar avisado”, retornou Cid.

Em janeiro de 2021, o assessor falou que Michelle Bolsonaro pediu uma transferência de R\$ 3.000 para a conta dela. “Boa tarde Cel dona Michelle pediu pro senhor transferir 3.000 pra conta dela!”.

Nesse tipo de situação, Mauro Cid e seus assessores faziam depósitos em espécie na boca do caixa. Isso fica demonstrado por um comprovante de 9 de novembro de 2022.

O esquema de rachadinha no Palácio do Planalto está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Como o senador Roberto Rocha não conseguiu se reeleger, Rosemary perdeu o emprego. Agora, está sendo cotada para assumir um posto no gabinete de Damares Alves (República-DF), ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro.

derson Torres falou que

perdeu seu celular. O presidente do PL, partido de Jair Bolsonaro, Valdemar da Costa Neto, tentou defender e acabou se enrolando.

Valdemar falou que “aquela proposta de decreto golpista que tinha na casa do ministro da Justiça, isso tinha na casa de todo mundo”.

Quando foi confrontado pela PF, mudou de versão e falou que o termo “todo mundo” era uma metáfora e que todos os documentos que recebeu eram de desconhecidos e sem importância.

O dirigente partidário afirmou, em entrevista ao jornal O Globo, que Jair Bolsonaro não deu um golpe “porque não viu maneira de fazer”.

O próprio Valdemar usou o dinheiro do partido para contratar uma empresa de auditoria que produziu relatórios mentirosos sobre as urnas eletrônicas para tentar melar as eleições – cuja lisura foi apontada pelas Forças Armadas, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

POLÍTICA/ECONOMIA □ 3

Governo de Roraima fez pedidos para o governo federal e informou sobre a situação catastrófica que viviam os yanomamis, resultado da “desassistência por parte do governo federal”, na época dirigido por Jair Bolsonaro

O governo de Jair Bolsonaro foi alertado, em junho e julho de 2021, pelo governo de Roraima, sobre a catástrofe humanitária nas comunidades yanomamis e não enviou as cestas básicas que foram requeridas, registram os documentos daquele ano.

Dois ofícios, de junho e julho de 2021, obtidos pela Agência Brasil, confirmam que o governo Bolsonaro deixou de agir para salvar os yanomamis de maneira consciente, apesar dos alertas.

Na época, o governo enviou somente os recursos para atender os indígenas isolados que foram afetados pelas fortes chuvas, mas não colaborou com cestas básicas e apoio logístico para atender as comunidades que já viviam uma catástrofe humanitária.

Os ofícios publicados da Agência Brasil são uma resposta da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, ao pedido do governo de Roraima para que fossem enviadas 8 mil cestas básicas a mais do que as destinadas aos indígenas isolados.

O governo estadual também solicitou que as Forças Armadas fossem mobilizadas para atender os indígenas que necessitavam.

Nos documentos, a Secretaria respondeu que não compete a ela fazer aquele tipo de ação.

O coordenador da Defesa Civil de Roraima, coronel Cleudimar Alves Ferreira, contou que “o governo estadual pediu o apoio federal para que pudéssemos reforçar a ação humanitária em comunidades indígenas isoladas pelas chuvas intensas de 2021 e também às da área yanomami”.

O coronel Ferreira explicou que o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, chefiado por Damares Alves, eleita senadora, em 2022, pelo Distrito Federal, respondeu que tinha direcionado o pedido ao Ministério da Defesa, à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a outros órgãos, mas nenhuma ajuda realmente foi efetivada.

“Não sei dizer o que aconteceu depois, mas avalio que se tivéssemos recebido o apoio solicitado, se a ajuda humanitária tivesse chegado em caráter emergencial, teríamos conseguido atender também aos yanomami, o que não conseguimos fazer devido, principalmente, à falta de apoio logístico”, afirmou.

Nos pedidos, o governo de Roraima ainda apontou a “grave situação humanitária” vivida pelos indígenas no Estado, com ênfase na “falta de alimentação e desnutrição infantil vivenciada pelos yanomami”.

A ex-ministra e atual senadora Damares Alves (República-DF) chamou a denúncia de “campanha difamatória”. Em nota, ela se autodenominou uma “indigenista”.

O governo de Roraima afirmou que a situação catastrófica que os yanomamis vivem é resultado da “desassistência

por parte do governo federal” na época dirigido por Jair Bolsonaro.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Para prosseguir com o genocídio dos yanomamis, o governo Bolsonaro também ignorou alertas do Ministério Público Federal em Roraima (MPF-RR), conforme afirmou o órgão em nota.

A catástrofe humanitária, que levou à morte, nos quatro anos de governo Bolsonaro, 570 crianças yanomamis, “resulta da omissão do Estado brasileiro em assegurar a proteção de suas terras” e pode ser caracterizada como genocídio, sublinhou.

A nota demonstra que o Ministério Público em Roraima enviou, para o Ministério da Saúde, relatórios e orientações no sentido da “reestruturação da assistência básica de saúde” na Terra Indígena em 2021 e 2022.

Em 2021, os procuradores já recomendaram ao Ministério da Saúde a “reformulação de seu planejamento institucional, a contratação de mais profissionais de saúde para as áreas estratégicas e o desenvolvimento de planos de ação para os principais agravos de saúde verificados”, especialmente a mortalidade infantil, malária e subnutrição.

Em novembro de 2022, um novo documento enviado ao governo federal informou “a constatação de deficiências na prestação do serviço de saúde ao povo Yanomami”.

EMERGÊNCIA

O governo Lula declarou emergência em saúde pública na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, para acelerar o atendimento aos indígenas e combater, com celeridade, o garimpo ilegal.

Mais de mil yanomamis em estado grave foram resgatados para tratamento hospitalar.

A Aeronáutica, por ordem de Lula, está controlando o espaço aéreo da região para impedir a decolagem de aviões ligados ao garimpo, “a raiz” da catástrofe humanitária que atinge os yanomamis, como disse a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara.

Segundo o Comando da Aeronáutica, serão consideradas suspeitas aeronaves que não exibirem marcas de nacionalidade, matrícula, bandeira ou insígnia; voarem infringindo convenções dos atos internacionais ou das autorizações de voo; voarem sem plano de voo aprovado; omitirem aos órgãos de controle de tráfego aéreo informações necessárias à sua identificação ou não cumprirem regras ou determinações do controle de tráfego aéreo ou autoridades de defesa aeroespacial.

O mesmo vale para as aeronaves que entrarem nas áreas restritas ou proibidas sem autorização, voarem usando identidade falsa, fizerem manobras de fuga ou que realizarem reconhecimento aéreo ou sensoriamento remoto sem autorização. Reconhecimento e sensoriamento remoto são técnicas de fotografia aérea que servem para identificar o uso e as características da superfície.

FAB retoma soberania aérea na região contra o garimpo ilegal

A Aeronáutica informou que qualquer avião sem marca de nacionalidade, matrícula, bandeira ou insígnia que sobrevoar a Terra Indígena Yanomami, em Roraima, será considerado suspeito.

As novas regras, publicadas na quinta-feira (2), fazem parte do controle do espaço aéreo imposto para combater o garimpo ilegal, causa da tragédia humanitária entre os yanomamis.

Um decreto criou a Zona de Identificação de Defesa Aérea (ZIDA), na qual serão controlados “todos os tipos de tráfego aéreo suspeito de ilícito”. Em caso de invasão desse espaço por aeronaves o abatimento poderá ser avaliado.

A ZIDA é dividida entre área reservada (Área Branca), área restrita (Área Amarela); e área proibida (Área Vermelha).

Segundo o Comando da Aeronáutica, serão consideradas suspeitas aeronaves que não exibirem marcas de nacionalidade, matrícula, bandeira ou insígnia; voarem infringindo convenções dos atos internacionais ou das autorizações de voo; voarem sem plano de voo aprovado; omitirem aos órgãos de controle de tráfego aéreo informações necessárias à sua identificação ou não cumprirem regras ou determinações do controle de tráfego aéreo ou autoridades de defesa aeroespacial.

O mesmo vale para as aeronaves que entrarem nas áreas restritas ou proibidas sem autorização, voarem usando identidade falsa, fizerem manobras de fuga ou que realizarem reconhecimento aéreo ou sensoriamento remoto sem autorização.

Empresas de SP lavam ouro do garimpo ilegal na TI Yanomami

Intermediárias Ourominas, FD’Gold e Carol constam nas investigações sobre compra de ouro de origem ilegal de garimpos na Terra Indígena Yanomami. Esquema financia o crime na região norte do país

Empresas com faturamentos milionários e sede em bairros nobres de São Paulo são suspeitas de “lavar” ouro ilegal da Terra Indígena Yanomami e podem ter contribuído para legalizar mais de 4 mil toneladas do metal extraído por criminosos. Algumas, inclusive, são alvos na Justiça por suspeitas de participação no esquema de legalização, entre 2019 e 2020, segundo o Ministério Público Federal (MPF).

Processos relacionados ao esquema criminoso tramitam em Roraima, Pará e Amapá, incluindo um de dano ambiental, além de investigação em curso no Amazonas, onde a Polícia Federal apura se uma delas lava ouro de balsas ilegais. Chamadas DTVMs (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), são empresas do sistema financeiro autorizadas a comprar o metal no Brasil.

Até agora, três dessas intermediárias — Ourominas, FD’Gold e Carol— constam nas investigações sobre o garimpo na TI Yanomami, mas não chegaram a ser processadas em Roraima —apenas o sócio de uma delas foi denunciado, conforme levantamento da ‘Repórter Brasil’.

Segundo a publicação eletrônica, essas companhias e seus executivos são alvos ao menos de sete ações na Justiça Federal por crimes ambientais ou de lavagem de dinheiro relacionados ao garimpo ilegal na Amazônia. O MPF cobra R\$ 10 bilhões de indenizações por destruição de parte da floresta. Como nenhum desses processos foi julgado, as empresas seguem em atuação.

Para que o ouro extraído ilegalmente de uma terra indígena entre no circuito comercial, ele precisa ter sua origem fraudulenta maquiada. No Brasil, o caminho percorrido para isso não é difícil. Basta o vendedor ou garimpeiro declarar que extraiu o metal de uma lavra legalizada para o comprador (uma DTVM) ter em mãos um produto supostamente legal.

“Infelizmente no Brasil, nos últimos anos, a gente construiu um arcabouço legislativo que cria uma cena de crime perfeito na Amazônia”, diz Larissa Rodrigues, gerente de Portfólio do Instituto Escolhas. Segundo ela, a legislação que regulamenta o comércio do ouro no Brasil facilita as invasões criminosas.

“A mudança da lei, em 2013, estipulou que o ouro pode ser vendido apenas com o preenchimento de um formulário de papel”, completa, se referindo à Lei 12.844, que trata da venda e compra do ouro.

Larissa explica que há um artigo da lei que permite que as transações sejam baseadas apenas na palavra e “na boa fé” dos envolvidos.

“Isso gera uma situação bastante absurda porque eu realmente desconheço qualquer outro produto, qualquer outro mercado que funcione com a palavra, com a boa fé de quem está fazendo essa compra. E a gente sabe que de boa fé não tem nada, infelizmente”, comenta.

Em entrevista recente à EBC, o ministro da Justiça, Flávio Dino, defendeu que esse dispositivo legal que rege o comércio de ouro no país seja considerado inconstitucional.

Bolsonaristas de São Miguel do Oeste cassam mandato de vereadora que denunciou gesto nazista em SC

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, cassou o mandato da vereadora Maria Tereza Capra (PT) por quebra de decoro parlamentar. Ela foi a deputada que denunciou apoiadores de Bolsonaro por fazerem a saudação nazista.

Maria Tereza foi caçada com 10 votos a favor e apenas um contra – o dela própria.

Em 2 de novembro de 2022, Maria Tereza publicou um vídeo em suas redes sociais com acusações de que apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) teriam feito um gesto nazista durante ato em frente ao 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado, base do Exército na cidade. Nas imagens, os manifestantes aparecem com o braço e a mão direitos estendidos para frente, cantando o Hino Nacional, reproduzido por um alto-falante. Segundo entendimento do MP-SC (Ministério Público de Santa Catarina), não há evidências de prática contra a lei 7.716/89, que define crimes contra raça ou cor.

Os vereadores seguiram o parecer da Comissão de Inquérito da Casa, que orientava pela perda do mandato.

A deputada foi acusada de ter usado seu perfil no Instagram, em novembro de 2022, para “propagar notícias falsas e atribuir aos cidadãos de Santa Catarina e ao Município de São Miguel do Oeste o crime de fazer saudação nazista e ser berço de célula neonazista”.

Em sua defesa, o advogado Sérgio Graziano, declarou que “não é comum ouvir o Hino Nacional com a mão estendida daquela forma. Nem a força militar faz isso. Quando a Maria Tereza Capra faz esse vídeo, já estava em curso a investigação promovida pelo Ministério Público, para saber se ali existia ou não um crime de incitação ao ódio, ou crime de atos antidemocráticos”.

A defesa também apontou “suposta parcialidade” do então presidente da Câmara, Vanirto Conrad (PDT), e de 2 dos 3 integrantes da Comissão de Inquérito, Ravier Centenaro (PSD) e Carlos Agostini (MDB). Ainda apontou falhas e vícios, pedindo a nulidade do processo.

Depois das alegações e da votação, o atual presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, Vagner Passos (sem partido), anunciou a perda do mandato da vereadora Maria Tereza Capra.

DINHEIRO FINANCIA O CRIME NA REGIÃO

Outro ponto destacado pelo Instituto Escolhas, é que o ouro de garimpo ainda é comercializado com notas fiscais de papel e “isso não é à toa”, acredita Larissa.

“No Brasil, hoje em dia, qualquer operação de comércio, numa padaria, numa loja, tem nota fiscal eletrônica, mas para o ouro de garimpo, isso ainda é em papel. Eu diria que a gente está na idade da pedra nos controles do ouro e isso não é à toa. A gente sabe que tem pessoas lucrando bilhões de dólares todos os anos com esse tipo de comércio ilícito”, disse.

Exatamente devido à facilidade de fraude, o mercado do ouro tem sido utilizado para lavar dinheiro oriundo de diferentes atividades criminosas, inclusive do tráfico de drogas.

Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, identifica que um dos maiores desafios do presidente Lula na execução do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, lançado em 2004 para proteção da floresta, será exatamente a presença do crime organizado nas atividades predatórias, entre elas o garimpo.

“A grande diferença, no meu ponto de vista, que dificulta ainda mais um plano que já é complexo por sua essência é exatamente este envolvimento maior do dinheiro de quadrilhas criminosas”, analisa.

“Por exemplo, na região do sul da Amazônia onde morreram o Dom e o Bruno, as quadrilhas são de tráfico de armas, na terra indígena Yanomami, o envolvimento é do dinheiro do PCC, que não está na linha de frente, mas financia grande parte de tudo isso”, aponta.

De acordo com o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública “Cartografia das Violências na Região Amazônica”, grande parte da destruição da floresta é resultado de atividades ilegais, mantidas por facções criminosas nacionais e transnacionais.

Para ser vendido, todo ouro que sai dos garimpos só pode ter como destino empresas autorizadas pelo Banco Central, as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTVMS). A ausência, no país, de qualquer sistema de rastreabilidade, durante a comercialização do ouro ilegal pode ter sua origem declarada como de áreas autorizadas. Basta apenas indicar nos registros o número de um título de extração válido.

Isso dificulta a responsabilização criminal dos donos das DTVMS, que podem comprar grandes volumes de ouro em regiões tomadas pelo garimpo criminoso, sem fazer qualquer averiguação, aponta Rodrigues.

As facilidades na legislação, de acordo com a especialista, levaram ao aumento exponencial do garimpo nos últimos anos, principalmente em terras indígenas, possibilitando a “lavagem” do ouro, que entra no mercado como se fosse legal. “No Brasil, hoje em dia, qualquer operação de comércio, numa padaria, numa loja, tem nota fiscal eletrônica, mas para o ouro de garimpo, isso ainda é em papel”, diz.



Executivos das empresas são alvos ao menos de sete ações por crimes ambientais ou de lavagem de dinheiro relacionados ao garimpo ilegal



Operação Faiscação busca reprimir crimes ambientais próximo a terras indígenas

Imagens da ação da PF e Ibama explodindo máquinas do garimpo ilegal viralizam na internet

A Polícia Federal, na manhã deste sábado (4), inutilizou duas máquinas de garimpo em área da União.

A ação ocorreu em conjunto com o Ibama, com objetivo de reprimir a extração ilegal de ouro na região chamada de “Garimpo Itatá” às margens das terras indígenas Ituna-itatá e Arará Volta Grande do Xingu, na fronteira entre os municípios de Altamira e Senador José Porfírio, sudoeste do Pará. Ninguém foi preso.

Uma escavadeira hidráulica e um motor estacionário utilizados em atividades criminosas contra o meio ambiente foram inutilizados. A medida administrativa visa impedir a reutilização de equipamentos no garimpo ilegal, já que não seria possível a

sua retirada em segurança. Os responsáveis pelas máquinas haviam fugido antes da chegada da operação.

A região conhecida por Garimpo Itatá, localizada a poucos quilômetros de terras indígenas, recebe historicamente exploração de minério de ouro. De acordo com as imagens obtidas entre novembro de 2022 e janeiro de 2023, identificou-se pontos que sugerem atividade garimpeira sem observação da legislação vigente, fato que chamou a atenção da Polícia Federal.

Com base nessas informações, equipes da PF e do Ibama se deslocaram ao local em dois helicópteros para fazer incursões na área e identificar pontos de extração ilegal de ouro.

Recursos minerais - inclu-

sive os do subsolo - são bens da União. Dessa forma, a exploração precisa seguir as leis e ter autorização do órgão ambiental competente, uma vez que a exploração desordenada pode provocar graves danos ambientais.

A operação é resultado de um inquérito que continua em andamento, para identificar os responsáveis pelo crime ambiental. Os envolvidos podem responder criminalmente por garimpo ilegal, por executarem pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença. Além disso, podem também ser responsabilizados por crime contra o patrimônio da União, na modalidade de usurpação.

Rayssa Leal é campeã mundial de Skate Street

Rayssa Leal, a nossa Fadinha, ganhou o campeonato Mundial de Skate Street. A competição organizada pela World Skate em Sharjah aconteceu neste domingo (5), nos Emirados Árabes Unidos.

O título conquistado corresponde ao Mundial do ano passado, já que o campeonato de 2022 era para ter acontecido no Rio de Janeiro, e foi cancelado e transferido para os Emirados Árabes Unidos.

Além do título, ela garantiu 80 mil pontos na disputa por uma vaga nas Olimpíadas de Paris, em 2024.

Embora a disputa de

hoje tenha sido de alto nível e Rayssa tenha sofrido uma lesão no punho direito em um treino na quinta-feira que quase ameaçou a sua participação na competição, a jovem de 15 anos teve desempenho espetacular e levou o Ouro com 255,58 pontos, seguida da vice-campeã, a australiana Chloe Covell, de 12 anos, que vem sendo vista como o novo fenômeno do skate mundial.

Em terceiro e quarto lugares ficaram, respectivamente, as japonesas, Mimiji Nishiya, de 15 anos, campeã olímpica

em Tóquio, e Rizu Akama, outra japonesa, com 251,91 pontos.

A pontuação no skate olímpico considera a melhor nota entre 2 voltas de 45 segundos e a as duas melhores entre cinco manobras.

A primeira edição do Mundial de Skate Street organizado pela World Skate, aconteceu em 2021, no Rio de Janeiro, quando Rayssa Leal, aos 13 anos, conquistou a medalha de bronze.

Além de Rayssa, outras duas brasileiras competiram na final. Gabi Mazetto, que ficou em sexto lugar e Pâmela, em oitavo.



Com 15 anos, Rayssa teve desempenho espetacular com 255,58 pontos



Ministra da C&T, Luciana Santos

Na 13ª Bienal da UNE, Luciana confirma reajuste das bolsas de pesquisa científica e critica juros

A ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, garantiu que haverá reajuste das bolsas de pesquisa científica ainda no primeiro semestre de 2023. A declaração foi dada durante a 13ª Bienal da União Nacional dos Estudantes (UNE), que acontece no Rio de Janeiro.

Luciana afirmou que maiores detalhes ela não poderia divulgar, como por exemplo de quanto será o reajuste. Segundo a ministra, “quem vai anunciar será o presidente Lula”, justificou.

As duas principais instituições responsáveis pelo fomento da pesquisa no país, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), atrelado ao Ministério da Educação (MEC), não tem reajustes no valor das bolsas paga aos pesquisadores desde 2013.

O reajuste das bolsas foi prometido por Lula durante a campanha eleitoral que o elegeu. Na quarta-feira, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse que o presidente anunciará em breve o aumento.

Segundo Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), passados mais de nove anos da última atualização, houve perda de 75% do poder de compra. Atualmente, alunos de mestrado com bolsa do CNPq ganham R\$ 1.500 mensais. Os de doutorado, R\$ 2.200. Já os bolsistas de iniciação científica recebem apenas R\$ 400.

BAIXAR JUROS PARA RETOMAR O CRESCIMENTO DO PAÍS

A ministra criticou ainda a política de juros altos mantida pelo Banco Central, cuja gestão “independente” tem sido criticada pelo presidente Lula. “É preciso ter uma política de juros à altura dos desafios nacionais. O Banco Central tem que baixar a taxa Selic e nós vamos ter que garantir isso nas ruas. Baixar juros para retomar o crescimento do país”.

Na Bienal da UNE, Luciana Santos afirmou que a situação se ficou ainda mais grave com o menosprezo à ciência durante o governo Bolsonaro. “Ocorreram drásticos cortes no financiamento da pesquisa do país. Mas o tempo da negação da ciência passou. A ciência voltou a ser uma prioridade nesse país”, afirmou.

A ministra falou ainda que o governo irá enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei para reverter a redução de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) realizada pelo governo Bolsonaro por meio da Medida Provisória 1.136 de 2022. A MP deve expirar em fevereiro e, para a recomposição do recurso, o governo deverá apresentar um projeto de lei para a ampliação do orçamento.

No ano passado, a medida de Bolsonaro impactou o fundo em R\$ 1,8 bilhão, sendo que, no projeto de lei orçamentária de 2023, essa perda seria de R\$ 4,2 bilhões.

Também está no horizonte do MCTI uma reformulação do edital da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) voltado para apoiar laboratórios na compra de equipamentos. Segundo Luciana Santos, a pasta irá atuar de forma a contribuir com o desenvolvimento nacional.

“A ciência tem que estar a serviço do combate à fome. Tem que estar a serviço do enfrentamento às mudanças climáticas. Tem que estar a serviço da produção dos insumos para as vacinas, para diminuir nossa dependência de outros países. A política de ciência e tecnologia deve buscar a autonomia brasileira e garantir a soberania nacional”, acrescentou.

ORLANDO DEFENDE MOBILIZAÇÃO POPULAR PARA GARANTIR AVANÇOS NO GOVERNO LULA

Durante o debate “Educação: O rio que conduz ao novo Brasil”, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), defendeu fortemente o papel das entidades do movimento social organizado na construção do atual governo, “sendo fundamental que a gente cobre, reivindique e não saia das ruas para garantir direitos para a nossa gente”.

Além disso, Orlando frisou que “nós ganhamos a eleição presidencial, mas a luta política para derrotar o bolsonarismo, derrotar o imperialismo, derrotar os conservadores segue viva no Brasil”.

“É muito importante que nós façamos uma mobilização popular, política e nas ruas cada vez maior pra impulsionar as mudanças”, destacou.

Representando o ministro da Educação, Camilo Santana, a diretora da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), Denise Pires, reafirmou o compromisso do governo com o aumento de verbas para a educação no país, nos três níveis: básico, médio e superior e garantiu que o orçamento do MEC, após ser devastado no governo Bolsonaro, “será recomposto”.

A reitora da UFRJ ainda afirmou “a educação pública voltará ao orçamento do país, da creche até a pós-graduação”.

Logo após sua fala, os estudantes puxaram palavras de ordem criticando a venda do Canecão, tradicional e importante casa de shows, teatro e eventos culturais do Rio de Janeiro, que pertencia a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sindicato dos Comercários de SP



Centrais e funcionários da Americanas fazem protesto no Rio em defesa dos empregos

As centrais sindicais e sindicatos dos comerciários realizaram, nesta sexta-feira (3), um ato em apoio aos empregos e direitos dos 44 mil trabalhadores das Lojas Americanas. O ato ocorreu na Cinelândia, no Rio de Janeiro.

“Precisamos preservar os empregos e garantir os direitos desses trabalhadores e trabalhadoras. São milhares de pais e mães de famílias apreensivos pela situação do Grupo Americanas”, afirma Márcio Ayer, presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro e dirigente nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

A empresa, uma das maiores empregadoras do país, tem cerca de 1.800 lojas físicas e é passou a ser centro de alerta das entidades sindicais após anúncio de recuperação judicial por conta de uma dívida que supera os R\$ 40 bilhões.

“O objetivo do ato é preservar os empregos enquanto perdurar a recuperação judicial, responsabilizar os sócios majoritários e garantir que nenhum trabalhador saia prejudicado. A CTB, todas as centrais sindicais e confederações do ramo estão participando da mobilização, que não termina hoje. É um conjunto de mobilizações que nós vamos fazer durante o próximo período”, avisou o secretário-geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Ronaldo Leite.

“Estamos na luta pelos direitos e empregos dos trabalhadores das Lojas Americanas”, afirmou o presidente do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre e secretário de Relações Internacionais da Força Sindical, Nilton Neco, durante o ato.

Funcionária das Americanas e diretora do Sindicato dos Comerciários do Rio, Darlana Morgana Santiago ressaltou a importância da unidade das entidades de classe na manifestação. “Estamos aqui pela garantia de nenhum direito a menos aos trabalhadores. Nenhum trabalhador será passado para trás aqui”, disse.

Diante da suspeita de fraude e risco de calote, as centrais sindicais ingressaram com uma ação judicial pedindo o bloqueio das contas dos principais acionistas da empresa, Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles, como garantia do pagamento de débitos trabalhistas podendo ser executado independentemente do processamento da recuperação judicial. “Estamos com nosso departamento jurídico em ação para receber denúncias e tirar dúvidas que possam surgir. Caso seja constatada a fraude, é preciso punir os principais acionistas, porém garantindo a continuidade da empresa e dos empregos”, afirma Márcio Ayer.

Além da CTB e da Força Sindical, participaram da manifestação a Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs-CUT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

Aposentados cobram ação de Ministério para zerar fila do INSS

Em encontro com o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, na segunda-feira (30), o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) enfatizou a necessidade de se agilizar a fila de análise e concessões de benefícios previdenciários e o reforço do atendimento presencial nas agências do INSS. A reunião aconteceu na sede da Força Sindical, em São Paulo.

Um documento contendo 15 demandas dos aposentados e pensionistas foi entregue pelo presidente do Sindnapi, João Batista Inocentini, e por Miguel Torres, presidente da Força Sindical. “Esses serviços ficaram muito comprometidos com o desmonte feito pelo governo anterior. Por isso, defendemos a criação de uma força-tarefa para diminuir a fila de mais de cinco milhões de tarefas pendentes no INSS”, justifica Inocentini.

De acordo com o Sindnapi, Lupi saudou a iniciativa e enfatizou que o sindicalismo fortalece a democracia. Carlos Lupi ouviu as reivindicações e anun-

ciou que chamará mil concursados para preencher postos vagos, a fim de agilizar a concessão de benefícios.

Miguel Torres defendeu a importância da Previdência Social para o povo brasileiro. “Sabemos a importância de retomar o debate entre sociedade e governo. Por isso, nós queremos participar ativamente desse processo de mudanças”, disse Torres.

O presidente da Força também defendeu a necessidade de se reverter a reforma da Previdência. “É um tema polêmico, mas necessário. Praticamente hoje as pessoas não se aposentam mais. E quem precisa da Previdência Social são os pobres, porque os ricos pagam previdência privada”, enfatizou.

Inocentini cobrou, ainda, espaço nas discussões sobre a política de valorização do salário mínimo e a reestruturação de Conselhos de Previdência Social, nas esferas municipal, estadual e nacional. Nova reunião será agendada para depois do Carnaval.



Adilson, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



“Reposição salarial é necessidade urgente”, afirmam servidores em reunião com governo

Entidades de servidores públicos como o Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado) e Fonasefe (Federação Nacional dos Servidores Públicos Federais) participaram, no último dia 30, de reunião com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e Ministério do Trabalho para a retomada das negociações sobre reajuste salarial dos servidores e outras reivindicações da categoria, negociações que não existiram no governo anterior.

Um dos pontos principais da reunião foi a preparação para a reabertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente com os servidores, que acontecerá no dia 7 de fevereiro, em Brasília, e contará com a presença de 9 ministros de Estado.

Além da ministra de Gestão, Esther Dweck, e do ministro Luiz Marinho, do Trabalho, participaram do encontro o secretário de Gestão de

Pessoas e de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão, Sérgio Mendonça, o secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Francisco Macena, e assessores dos dois ministérios.

Questões como “revogação imediata das medidas antissindicais adotadas nos governos Temer e Bolsonaro; adoção de medidas para fortalecer a organização sindical; recomposição salarial emergencial; instauração das mesas setoriais para questões específicas de cada carreira; e implementação dos termos não cumpridos em acordos salariais anteriores”, foram apresentadas na reunião pelo presidente do Fonacate, Rudinei Marques, em nome da categoria. Ele também defendeu que, no encontro do dia 7, o governo já apresente medidas concretas em relação às reivindicações.

“O governo Lula sancionou as leis que concederam recomposição

salarial ao Judiciário, Legislativo, MPU e DPU, com efeitos financeiros iniciando em fevereiro. Está na hora do reajuste emergencial dos servidores civis do Executivo federal”, disse.

Todos os dirigentes sindicais presentes foram unânimes em afirmar que “a recomposição das perdas salariais é emergencial”, já que para a maioria das carreiras, os salários estão congelados há seis anos.

“A retomada do diálogo com o funcionalismo é um compromisso deste governo. Inclusive, queremos que todos os ministros presentes ouçam as reivindicações que vocês vão trazer”, afirmou a ministra Esther Dweck, que cumprimentou os dirigentes sindicais pelas lutas empreendidas nos últimos anos pelo funcionalismo, que foram fundamentais para evitar uma destruição ainda maior do serviço público.



Dirigente sindical defende manifestação nacional em defesa do aumento do salário mínimo para R\$ 1.343 ainda este ano

Adilson Araújo, presidente da CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, declarou que “ratificar o salário mínimo do Bolsonaro, de R\$ 1.302,00, não seria a melhor medida”. Disse que “prefere perder lutando nas ruas do que pelo painel da Folha”.

“Lula pediu para a gente pressionar o governo”, lembrou.

BARRIGA

O Estadão de hoje ‘noticiou’ que “antes mesmo de começarem os trabalhos do grupo interministerial criado para discutir o aumento do salário mínimo, sindicalistas já preveem derrota”.

O fato é que o sindicalista propõe “uma

manifestação nacional em SP, com repercussão nos Estados, em defesa do salário mínimo, reivindicado unitariamente pelas Centrais, de R\$ 1.343,00. Um passo para uma política de valorização do salário mínimo”, avaliou Adilson.

As Centrais Sindicais defendem a regra em que o mínimo é reajustado pela inflação mais o crescimento do PIB (soma de tudo produzido no país) dos dois últimos anos. A regra foi criada no segundo governo Lula e vigorou até 2019. Hoje está em R\$ 1.302,00

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, apresentou no WhatsApp resolução das Centrais em que o aumento real do salário mínimo é prioridade.

CP

75% dos trabalhadores não tiveram aumento real em 2022, diz pesquisa

O boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), aponta que cerca de 75% das categorias profissionais não tiveram aumento real em seus salários no ano de 2022.

A pesquisa divulgada na última semana aponta 40,6% tiveram perdas salariais e outros 34,2% conseguiram repor a inflação, e apenas 25,2% conseguiram algum aumento real.

A inflação em 2022, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), fechou em 5,93%. No ano anterior, metade dos reajustes resultaram em uma perda real aos trabalhadores (49,7%), apenas 15,9% superaram o INPC e 34,4% tiveram reajuste igual ao INPC.

O aumento real (cima

da inflação) dos salários é importante porque garante o poder de compra da população. Ao longo do tempo, com reajustes abaixo da inflação, o trabalhador perde a possibilidade de comprar as mesmas coisas que consumia no ano anterior, piorando suas condições de vida.

Dados preliminares de janeiro já indicam melhora frente a dezembro. Até agora, 82,4% dos reajustes ficaram acima da inflação, 11,8% estavam abaixo do INPC e 5,9% iguais à inflação.

A pesquisa afirma, ainda, que as projeções de bancos apontam para uma desaceleração do INPC ao longo de 2023, saindo de 5,9%, no acumulado em 12 meses até janeiro, para uma taxa de até 5,6% em dezembro.

Entidades convocam ato na Bolsa de SP contra privatizações da água e energia

A ameaça de privatização pelo governador de São Paulo da maior companhia de saneamento do América Latina e terceira maior do mundo, a Sabesp, e a crescente mercantilização dos serviços essenciais de água e energia no país são o mote do protesto que acontecerá em São Paulo, em frente à Bolsa de Valores, no próximo dia 14, sob o lema “Água e Energia não são Mercadorias!”.

O protesto é organizado pela Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Federação Nacional dos Trabalhadores em Água, Energia e Meio Ambiente (Fenatema) e Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS).

As entidades defendem que água, saneamento e energia são direitos humanos; serviços que devem ser acessíveis a todos, sem discriminação, com gestão pública e controle social.

O ato visa, além de pressionar os governos nos âmbitos federal, estaduais e municipais pela não privatização e retorno ao controle do Estado de companhias que já foram entregues à iniciativa privada – como é o caso da Cedae, no Rio de Janeiro, e Corsan, no Rio Grande do Sul –, cons-

cientizar e sensibilizar a população sobre o risco que a privatização desses setores representa.

As entidades citam o aumento das contas, a exclusão dos serviços às famílias mais vulneráveis e a precarização das atividades, ocasionada principalmente pela demissão de trabalhadores qualificados e experientes como alguns dos ônus que acabam recaindo sobre a população.

A aprovação da lei que alterou o marco legal do saneamento, em 2020, deixou o caminho aberto para a privatização dos setores de água, saneamento e energia. O que as entidades defendem é a suspensão imediata de qualquer tentativa de privatização do setor – como quer o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que já declarou seu objetivo de privatizar a Sabesp –, e a revisão do Marco Regulatório do Saneamento, já que, como afirmam os sindicalistas, “estados como Amazonas e Alagoas que tiveram seus serviços de água e esgotamento sanitário privatizados demonstram na prática a lógica do mercado, que visa apenas ao lucro e a distribuição de dividendos aos seus acionistas, deixando a universalização dos serviços cada dia mais distante, ou seja, a população que não pode pagar pelas tarifas, simplesmente, deixa de ter o direito ao bem essencial”.



Israelenses protestam pela 5ª semana

Multidão lota centro de Tel Aviv contra o golpista Netanyahu que tenta suprimir Judiciário

Enfrentando frio e chuva, em torno de 60 mil manifestantes tomaram ruas e praças de diversas cidades por todo o Israel contra a ameaça da coalizão fascista e racista que se formou em torno de Netanyahu ao sistema judiciário do país. Na principal manifestação, a de Tel Aviv o comparecimento chegou a 40 mil pessoas na avenida Kaplan, no centro da cidade. Entre os presentes destacou-se o prefeito que se dirigiu aos ministros e parlamentares da ultradireita que projetam a lei de desmonte do judiciário (de acordo com a nova ordem que tentam impor, qualquer resolução da Suprema Corte pode ser imediatamente derrubada com apenas um voto de maioria no parlamento unicameral israelense).

“Não se confundam com a forma bem-educada de nosso comportamento nos protestos. Estamos aqui para defender o nosso lar”, disse o prefeito da maior cidade, Ron Huldai, de Tel Aviv.

“DIREITO À IGUALDADE”

“Nós não permitiremos que o direito à igualdade seja violentado. Não vamos permitir que o direito dos trabalhadores à greve seja danificado”, acrescentou e, em uma demonstração de que a luta em defesa do Judiciário está apontando à necessidade de superação dos abjetos aspectos de apartheid que tomam corpo no regime israelense, dirigiu-se aos árabes moradores de Tel Aviv, em sua parte antiga, denominada de Yafa: “Hoje, mais do que nunca, Tel Aviv-Yafa é Israel e Israel é Tel Aviv-Yafa; uma cidade que simboliza o nosso anseio por uma vida compartilhada, uma fortaleza pela ética democrática, um bastião pelos direitos humanos e um farol por uma sociedade aberta”.

No ato em Tel Aviv, centenas de médicos e médicas vieram com seus jalecos e faixas: “Nós guerreamos pela vida e pela democracia”, numa referência a uma outra lei que permite a um médico negar atendimento com base em considerações raciais.

As manifestações se espalharam pelo país. Além dos atos nas cidades principais, tais como Haifa, Jerusalém e Beer Sheva, houve, neste sábado, atos em cidades de onde os manifestantes iam de ônibus para o protesto de Tel Aviv (esta é a quinta semana consecutiva nas quais dezenas de milhares tomam as ruas). Assim, houve manifestações em Ra'anana; Herzlyá, Kfar Saba, Modi'in (aqui se concentraram diante da casa do atual ministro da Justiça, Yair Levin, autor do projeto que busca desmontar o Judiciário; entre diversas outras.

“RESPEITEM A LEI”, EXIGE EX-PREMIÊ

Na cidade de Haifa, o destaque foi o premiê que antecedeu Netanyahu no governo israelense, Yair Lapid: “Estas pessoas que estão nas ruas de Tel Aviv, Jerusalém e aqui em Haifa estão dizendo que nós não viveremos em um país onde os que prezam a lei tenham menos direitos que aqueles que desrespeitam a lei”.

Também em Haifa o protesto contou com o deputado trabalhista Gilad Kariv, que denunciou “este grupo de parlamentares da direita, não tem as vistas na negociação. Apenas querem uma tomada de poder hostil e forçada que dê poder ilimitado a estes corruptos”. “Somente uma expansão dramática do movimento de protesto através de todo o país incluindo todos os setores da sociedade pode detê-los”, acrescentou.

PROTESTO NAS UNIVERSIDADES

No domingo, dia 5, as universidades foram palco de novas manifestações. As universidades Hebraica (de Jerusalém) a de Tel Aviv e a Bar Ilan (também de Tel Aviv) a de Haifa e a de Beer Sheva, assim como o Instituto Tecnológico de Haifa (Technion) tiveram atos com estudantes e professores mobilizados.

“Sem democracia não há academia”, dizia faixa portata por alunos e professores da Universidade de Tel Aviv.

Professores e alunos foram saudados pelo presidente da Universidade de Tel Aviv, Ariel Porat. “Quero me congratular com vocês por cuidarem e se decidirem a se envolverem enquanto cidadãos. Estamos em meio a um dos períodos mais difíceis que a sociedade israelense jamais viveu”.

As manifestações desta semana aconteceram também fora do país. Com faixas afirmando “Queremos retornar a um país democrático”, israelenses se reuniram em Paris, Munique, Londres e Cambridge; na Suíça, Basileia; Oslo, e nas norte-americanas Nova Iorque, Boston, Seattle, São Francisco, Washington, Los Angeles.

Inglaterra tem a maior greve em 12 anos: 500 mil trabalhadores



Trabalhadores ingleses ocuparam o centro de Londres durante a greve

França: milhões tomam as ruas no rechaço ao ataque de Macron às aposentadorias

2,8 milhões de franceses – segundo estimativa da CGT – ocuparam as ruas nesta terça-feira (31) em um segundo dia de protestos em todo o país contra o plano do governo de reformar o sistema previdenciário e aumentar a idade mínima de aposentadoria de 62 para 64 anos.

“É uma das maiores manifestações organizadas em nosso país há décadas”, declarou Laurent Berger, líder da Confederação Democrática do Trabalho Francesa (CFDT), afirmando, pouco antes da marcha começar em Paris, que havia “mais pessoas” nas ruas do que em 19 de janeiro, durante a primeira mobilização.

“Os números com que lidamos é que, em toda a França, há mais manifestantes do que há dez dias. O descontentamento está bem estabelecido”, disse Philippe Martínez, da Confederação Geral do Trabalho (CGT).

As manifestações foram convocadas por organizações de ferroviários, controladores de tráfego aéreo, policiais, agentes de segurança, estudantes, professores, petroleiros, entre outros.

Os principais eixos da reforma contra a qual se insurgiram os sindicatos e a oposição – e que está em tramitação parlamentar – são o adiamento da idade mínima de aposentadoria, dos atuais 62 para 64, e a aceleração do alongamento previsto de 42 para 43 anos do período de contribuição.

A manifestação reuniu, segundo os organizadores, 500.000 na capital, Paris.

O professor do ensino fundamental Frank Costa, de 35 anos, era um dos milhares



CGT estima em 500 mil manifestantes no ato de Paris

de manifestantes nas ruas de Paris: “Não se trata apenas de pensões, a reforma põe em questão o cerne do nosso sistema social. Os tempos já são difíceis, também devido ao aumento dos preços. Agora eles ainda querem nos impor essa reforma. A França está se tornando cada vez mais liberal economicamente, mas a gente não quer isso.”

“Haverá um antes e um depois desta data de 31 de janeiro”, disse o deputado da oposição Jean-Luc Mélenchon. “Estamos vivendo um dia histórico. Com certeza o senhor Macron vai perder. Ninguém quer a reforma dele. Quanto mais os dias passam, mais cresce a oposição”, acrescentou.

Além das marchas realizadas na capital e noutras cidades do país, os sindicatos convocaram uma greve, com paralisações que tiveram grandes repercussões nos transportes públicos, na educação, no setor energético e na função pública, entre outras áreas da sociedade.

A empresa ferroviária nacional francesa SNCF tentou

um comboio de trens de alta velocidade (TGV) nesta terça-feira, enquanto a operadora de transporte público parisiense RATP anunciou que será um dia de trânsito “muito conturbado”, com a maioria das linhas de metrô ativas apenas nos horários de pico.

Os sindicatos de docentes divulgaram 50% de participação dos professores, de acordo com Snuipp-FSU. Da mesma forma, os trabalhadores do setor petrolífero anunciaram uma mobilização massiva, com 75% a 100% de participação dos grevistas das principais refinarias e depósitos de combustíveis da TotalEnergies, segundo a Confederação Geral do Trabalho (CGT).

As oito principais organizações sindicais do país, lideradas pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) e pela Confederação Democrática Francesa do Trabalho (CFDT), convocaram a mobilização, com o objetivo de superar o número de participantes de há 12 dias, estimado em mais de dois milhões.

Professores, funcionários do serviço público, maquinistas de trem e motoristas de ônibus realizaram a maior greve geral ocorrida na Inglaterra nos últimos 12 anos

A paralisação dos trabalhadores ingleses é um protesto de diversos setores, unidos pela reivindicação de melhores salários contra o arrocho e a inflação de 10,5%, com salários não repostos.

Ao mesmo tempo, o Trades Union Congress, federação que representa a maior parte dos sindicatos, está realizando mais de 75 atos reunindo professores, funcionários públicos, maquinistas de trem e motoristas de ônibus em todo o Reino Unido para protestar contra um projeto de lei do governo que considera ser um “ataque” ao direito de greve.

O projeto de lei exige a manutenção de níveis básicos de serviço – em algumas situações quase total – praticamente proibindo diversas categorias de declararem paralisações.

As greves afetaram cerca de 23,4 mil escolas, cerca de 85%, na Inglaterra e no País de Gales.

A jornada também marcou o início das greves de 70 mil membros do University and College Union (UCU), que atingirão 150 universidades do Reino Unido em 18 dias em fevereiro e março, suspendendo aulas para 2,5 milhões de estudantes.

Também mais de 100 mil membros do Sindicato dos Serviços Públicos e Comerciais, que representa os funcionários públicos, se somaram à greve por causa de salários, pensões e segurança no emprego em 123 departamentos e agências governamentais.

E apenas cerca de 30% dos serviços ferroviários funcionaram nesta quarta-feira, segundo a empresa ferroviária britânica Rail Delivery Group, que alertou, por comunicado em seu site, que a interrupção pode se arrastar pelo resto da semana porque muitos trens não estarão nos pátios certos.

Embora cada setor tenha suas reivindicações, todos estão unidos para exigir aumentos salariais diante de uma inflação que está há meses acima de 10% (10,5% em dezembro) e deixa muitas famílias sem outra opção a não ser os bancos de alimentos.

Os grevistas incluem, entre as principais reivindicações:

- Aumentos salariais acima dos 5% ofertados pelo governo a professores;

- Equiparação dos salários com a alta da inflação no Reino Unido;

- Correção dos valores – segundo os principais sindicatos, a remuneração média de funcionários públicos piorou em 203 libras (mais de R\$ 1.500), na comparação com 2010 e com o custo de vida atual.

UMA DÉCADA DE PERDAS

O aumento salarial médio de 5% para professores este ano é inadequado, principalmente porque segue uma década de “erosão salarial” que está levando a uma “crise de recrutamento e retenção”, disse a CNN a vice-secretária-geral do Sindicato Nacional de Educação (NEU), Niamh Sweeney.

De acordo com o sindicato, o pagamento de professores experientes caiu 23% desde 2010, considerando a inflação. O pessoal de apoio, como assistentes de ensino, viram os salários caírem 27% em termos reais durante esse período, e alguns podem ganhar mais trabalhando em um supermercado local do que na educação, de acordo com Sweeney.

“Não me lembro da última vez que recebi um aumento, o governo não valoriza professores experientes. Também estou muito preocupada com os jovens professores com quem trabalho. Já vi muitos irem e virem e é porque eles sentem que esse salário baixo não vale a pena”, disse Yvonne, 59, professora de escola primária, citada pelo NEU.

“Grande parte do meu salário vai para despesas com creche e com o aumento do custo de vida, tenho que pensar se posso comprar doces para meus filhos, sair de férias ou até mesmo me oferecer para ajudá-los no futuro se forem para a faculdade”, disse Emma, 40, outra professora primária.

No total, até 500.000 pessoas estão em greve. A última vez que houve uma greve geral da mesma dimensão no Reino Unido foi em 2011, quando mais de um milhão de trabalhadores do setor público fizeram uma paralisação por negociações sobre pensões com o governo.

A paralisação do Reino Unido acontece um dia depois de trabalhadores pararem a França com uma greve e grandes protestos contra a reforma da previdência do país.

China repudia a derrubada de balão de pesquisa meteorológica que acidentalmente cruzou EUA

“Obviamente uma reação exagerada e que viola seriamente o espírito do direito internacional e da prática internacional”, pronunciou-se a chancelaria chinesa na segunda-feira (6), em condenação à derrubada, pelos EUA, de um balão chinês não tripulado de pesquisa meteorológica de alta altitude e limitada capacidade de autodireção, que saíra do curso planejado sob fortes ventos do vórtex ártico que atingiu a região e acabou ingressando não intencionalmente no espaço aéreo norte-americano, depois de sobrevoar o Canadá.

A espalhafatosa derrubada do balão sobre o litoral da Carolina do Norte no sábado, depois que já atravessara os EUA, foi executada por um caça de quinta geração F-22, da Força Aérea dos EUA, com um míssil ar-ar AIM-9X, apoiado por caças F-15 e navios de guerra, segundo relato do Pentágono em seu site.

Como observou o jornal chinês Global Times, citando um especialista militar, foi como “atirar em um mosquito com um canhão”. A ação foi saudada pelo presidente norte-americano, Joe Biden, como “um sucesso”. Aliás, foi a primeira vez que o caríssimo F-22 atirou com sucesso contra um alvo aéreo.

No domingo, o vice-ministro das Relações Exteriores da China, Xie Feng, já havia declarado que Pequim “se opõe resolutamente e protesta fortemente” contra a resposta de Washington ao incidente do balão e exortado os EUA “a não tomarem outras ações que prejudiquem os interesses da China e a não aumentarem ou

expandirem a tensão”.

Previamente, a China já se comunicara com Washington, explicando o caráter civil do balão e de se tratar de um acidente inesperado, sob força maior; e pedira “contenção” e “profissionalismo” no trato da questão. O Pentágono, apesar de o ter chamado de “balão espião”, admitira que o balão chinês não era uma ameaça “militar ou física”.

O incidente também serviu de pretexto à Casa Branca para anunciar o adiamento da visita a Pequim do secretário de Estado Antony Blinken, que dissera estar prevista para dias 6 e 7.

Conforme o comunicado de Pequim, “o que os EUA fizeram afetou seriamente e prejudicou os esforços de ambos os lados e o progresso na estabilização das relações sino-americanas desde a reunião de Bali” – o encontro em novembro passado entre os presidentes Joe Biden e Xi Jinping na Cúpula do G20 na Indonésia.

O MRE chinês também acusou Washington de “fazer ouvidos moucos” aos reiterados esforços chineses para preservar as relações nessas circunstâncias – se comunicou com o lado dos EUA várias vezes – e, ao invés, de optar pelo “uso indiscriminado da força contra o dirigível civil que estava prestes a deixar o espaço aéreo dos EUA.”

“A China se reservará o direito de tomar as medidas necessárias para lidar com situações semelhantes”, disse o porta-voz do Ministério da Defesa chinesa, coronel Tan Kefei, sobre o ataque norte-americano ao dirigível chinês.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Terremoto atinge o sudeste da Turquia e norte da Síria: número de mortos já ultrapassa 3.000

Terremoto de magnitude 7,8 na Escala Richter atingiu o sudeste da Turquia e o norte da Síria e até o momento do fechamento da edição desta matéria, o número de mortos ultrapassa os 3.000.

Enquanto o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, declarou luto nacional por uma semana e acrescentou que “nossa bandeira será hasteada a meio mastro em todas as representações e órgãos públicos”, o presidente da Síria, Bashar Al Assad, dirigiu reunião emergencial de governo para discutir as providências para enfrentar a tragédia.

No início desta segunda-feira, a trepidação causada pelo terremoto levou milhares de pessoas a saírem de suas casas e apartamentos lotando as ruas em um dia de frio e neve.

Na cidade turca de Malatya, os relatos são de pessoas diante dos prédios atingidos, onde se via ruínas e ferro retorcido, gritando por parentes à busca de sobreviventes.

O governo turco orienta as pessoas a ficarem longe dos prédios atingidos e informa que está tomando as medidas para atender aos atingidos e buscar sobreviventes do desastre natural.



Prédio destruído na região sudeste da Turquia

Com base na reunião de emergência ocorrida em Damasco, o governo sírio adiantou as seguintes providências:

- Uma ação nacional de emergência de acordo com um plano de ação foi estabelecida. Um centro de operações atuando 24 horas foi criado, foram despachados corpos de bombeiros e de socorro médico aos locais atingidos.

- Equipes de Defesa Civil, Bombeiros, Saúde e companhias públicas de construção foram mobilizadas.

- Ministérios e instituições concernentes ao setor de construção e saúde passam a atuar em conjunto para salvar vidas e remo-

ver os escombros.

- Todos os governos locais do país estão mobilizados.

- O governo sírio, através da ONU, solicitou que os países membros mobilizem ajuda o mais rapidamente possível.

- A Rússia foi o primeiro país a atender aos apelos do presidente Assad.

- O presidente Putin falou com o chefe de governo da Síria por telefone, expressando condolências ao povo sírio e informando que já estão sendo providenciadas equipes de resgate para a Síria.

- O terremoto também fez tremer a terra no Egito, Líbano e em Israel sem destruição de prédios nestes países do Oriente Médio.



Multidão com o papa em Kinshasa, Congo

Papa adverte colonialistas: “Não toquem na África”

“A África não é uma mina a ser explorada ou uma terra a ser saqueada. Não toquem na República Democrática do Congo (RDC), não toquem na África”, afirmou o Papa Francisco em discurso proferido na quarta-feira (1º), no aeroporto de Ndolo, na capital do país, Kinshasa, em que condenou perante um milhão de fiéis o “colonialismo econômico”.

O prelado apontou que, “depois do colonialismo político, desencadeou-se um colonialismo econômico igualmente escravizador” em todo o continente, razão pela qual os países que o compõem não podem se beneficiar suficientemente dos seus “imensos recursos”, uma vez que os mais financeiramente avançados ignoraram tão dóida e chocante realidade. “Este país e este continente merecem ser respeitados e ouvidos, merecem espaço e atenção”, enfatizou Francisco, o primeiro Papa a visitar a RDC desde 1985, quando o país ainda se chamava Zaire.

Devido às suas imensuráveis riquezas em diamantes, ouro, cobre, cobalto, estanho, tântalo e lítio, avaliou o sumo pontífice, é que “as calamidades foram cometidas ao longo dos séculos em detrimento das populações locais”. Um continente negro, visitado por ele pela quinta vez, definido como “o sorriso e a esperança do mundo”, que deve adquirir mais importância, para que “se fale mais dele, que tenha mais peso e representatividade entre as nações”.

O papa ponderou que tanta alegria e tamanha expectativa deve ter sua importância valorizada no próximo período, que não pode continuar a ser degradada como a mineração, associada à exploração desumana dos trabalhadores e à degradação ambiental pelas transnacionais. Sendo assim, apontou, com o respeito dos africanos, deve ser fortalecida a “diplomacia do homem para o homem, dos povos para os povos”, que não tenha mais como centro o controle das áreas e recursos, nem os objetivos de expansão ou aumento dos benefícios, mas efetivamente a oportunidade da evolução das pessoas e do país.

No caso específico do Congo, Francisco disse ter tido a impressão de que a comunidade internacional está quase resignada com a lógica da violência que “devora” aquele país africano – cuja metade dos 90 milhões de habitantes são católicos romanos. Numa conclamação, Francisco exortou, a que os processos de paz avancem com o conhecimento efetivo e afetivo do que transcorre entre os seus filhos. “Não podemos nos acostumar com o sangue que corre neste país há décadas, causando milhões de mortes sem que muitos saibam”, frisou o religioso, acrescentando que “tomar partido da própria etnia ou de interesses particulares, alimentando espirais de ódio e violência, é prejudicial a todos”.

No aeroporto, a missa, a céu aberto, foi acompanhada por um coral de 700 vozes que entoou cânticos religiosos e rumba congolosa.

Índia deixa de lado o dólar na compra de petróleo russo sob sanção de Washington

As refinarias indianas agora estão usando dirhams – a moeda dos Emirados Árabes Unidos – em vez de dólares norte-americanos para pagar a maior parte do petróleo russo que comprem por meio de comerciantes baseados no pequeno país do Golfo, segundo a agência de notícias Reuters, citando na semana passada fontes familiarizadas com o assunto.

As autoridades indianas não apoiaram as medidas contra a Rússia adotadas pelo G7, com os países que o compõem submetidas aos ditames de Washington.

Sob o pretexto de reação ao conflito na Ucrânia, mas com o intuito indistinto de asfixiar a economia russa, foi estabelecido um teto de preço de US\$ 60 por barril para as exportações de petróleo russo por via marítima, medida anunciada pela União Europeia e G7 em 5 de dezembro do ano passado.

Sanção seme-

lhante foi imposta aos produtos petrolíferos refinados importados da Rússia, a partir de 5 de fevereiro. Ela estabelece teto de US\$ 100 por barril de diesel e US\$ 45 por barril de óleo combustível.

O State Bank of India, o principal banco do país, está agora liquidando os pagamentos em dirham, disseram as fontes à agência noticiosa Reuters, revelando alguns detalhes das transações. As refinarias indianas fazem a maior parte de suas compras de petróleo bruto russo de comerciantes com sede em Dubai, incluindo Everest Energy e Litasco, uma unidade da petroleira russa Lukoil.

Em julho do ano passado, surgiram relatos na mídia de que a Rússia esperava que alguns compradores indianos pagassem pelo petróleo em dirhams. Mais tarde, as refinarias indianas também se voltaram para o yuan e dirhams para a obtenção do carvão russo.



O general Erich Vad, ex-conselheiro militar de Merkel, diz que entrega dos tanques atende apenas “ao ativismo pró-guerra na política alemã, que precisa ter fim”

Armar nazistas de Kiev não evitará fim do doente hegemonismo dos EUA, afirma líder do PC da Rússia

Em pronunciamento enviado aos participantes do Fórum Social Mundial que volta a se realizar em Porto Alegre, Gennady Zyuganov, o presidente do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa, e líder da bancada PC na Duma (parlamento russo), analisa a crise atual e a saída apontada pelos povos em luta pela superação da profunda desigualdade produzida pelo domínio do capital financeiro.

Uma luta vitoriosa que promove e constrói o multilateralismo em oposição ao doentio hegemonismo imperialista dos Estados Unidos que tenta, desesperadamente, se manter agarrado no recurso à guerra e apoio ao nazismo na Ucrânia fadado ao fracasso

Segue a mensagem de Zyuganov:

Caros participantes do Fórum! Caros camaradas! Amigos!

A humanidade entrou em um período de grande agitação. O curso dos eventos muda a face do mundo. Eles são abrangentes, afetando todos os países e continentes, abrangendo a economia e a política, a demografia e as relações internacionais, a esfera da tecnologia e o mundo espiritual humano.

A causa da instabilidade global é a crise do capitalismo. Marx e Engels provaram sua inevitabilidade. A escala da crise atual é colossal. Para entender suas origens, é preciso olhar para trás 30 anos. A destruição da URSS tornou-se “maná do céu” para os imperialistas. O capital tem em mãos enormes oportunidades. Para ele, os mercados e as fontes de matérias-primas se expandiram dramaticamente. A “fuga de cérebros” da ex-URSS aumentou o poder das corporações ocidentais. Os programas sociais foram cortados.

O “presente histórico” dos traidores do socialismo ajudou a mitigar as mais agudas contradições do capitalismo. Mas seu ganho foi temporário. Sem competição com a URSS, o parasitismo desse sistema social aumentou acentuadamente. Já no início do século XX, VI. Lenin escreveu: “O imperialismo é uma enorme acumulação de capital monetário em alguns países” e observou o “crescimento extraordinário” de uma camada de pessoas “completamente separada da participação em qualquer empreendimento, ... cuja profissão é a ociosidade”.

Em 2008, a fraude em escala global se transformou no fato de que as “bolhas” financeiras e hipotecárias estouraram. O mundo mergulhou no abismo de uma nova crise. No início do século 20, uma crise semelhante levou à Primeira Guerra Mundial.

Então a situação foi salva pela revolução socialista na Rússia. Ela arrebatou um sexto da terra do campo burguês.

Acabamos de celebrar o 100º aniversário da formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O primeiro Estado de trabalhadores e camponeses do mundo deu uma grande experiência de construção sobre os fundamentos da justiça e do internacionalismo. Em 1941, o povo soviético, sob a liderança dos comunistas, pegou em armas contra a barbárie fascista. Ao custo de 27 milhões de vidas, nossa pátria soviética defendeu o direito ao livre desenvolvimento não apenas para si, mas também para os povos de todo o planeta. A URSS deu uma contribuição decisiva para salvar o mundo da peste marrom.

Os trabalhadores de todos os países viram que as correntes da opressão podem ser quebradas. Países e continentes inteiros foram varridos pelo movimento anticolonial. O poder popular foi estabelecido nos países da Europa Oriental, na China, Vietnã, República Popular Democrática da Coreia, Laos, Cuba e outros Estados da Ásia, África e América Latina. Nessas condições, a burguesia mundial tentou três métodos para manter seu domínio.

A primeira forma foi o fascismo. Os regimes de Hitler, Mussolini, Franco, Horthy e os militaristas japoneses tornaram-se produto da reação capitalista. As classes dominantes nos EUA e na Grã-Bretanha financiaram os nazistas muito antes de chegarem ao poder. Foram eles que permitiram que Hitler violasse os termos do Tratado de Versalhes e procedesse à criação do “Terceiro Reich”.

A segunda via era o imperialismo social do capital. Nas condições de crescimento do movimento operário e comunista, ele fez con-

cessões aos trabalhadores. Keynesianismo, o New Deal, a “sociedade do bem-estar”, o “socialismo escandinavo” – todos esses subterfúgios foram usados pela burguesia para enfraquecer a luta de classes e manter seu domínio. Assim que a “ameaça vermelha” desapareceu, o capital começou a desmontar os “presentes sociais” para os trabalhadores tijolo por tijolo.

O terceiro instrumento foi o neoliberalismo. O FMI e outras “aranhas financeiras” do Ocidente se enredaram em dívidas e saquearam muitos países. O desmantelamento das funções sociais do Estado exacerbou a estratificação da sociedade. Basta olhar para as megacidades modernas – e você verá nelas tanto favelas com pobreza terrível quanto bairros da moda dos ricos.

Todos os três métodos foram usados pela burguesia no século 20 “conforme necessário”. Hoje, o capital juntou todos os seus antigos truques.

A pandemia do coronavírus expôs os lados mais sombrios do sistema burguês. Enfraquecido pelas reformas liberais, o sistema de saúde condenou centenas de milhares de pessoas à morte, mesmo nos países ricos do Ocidente. As pessoas eram pobres. Os governos jogaram “migalhas da mesa do patrão” aos trabalhadores na forma de pagamentos temporários, e as corporações demitiram trabalhadores e cortaram seus salários.

O neocolonialismo culminou no “nacionalismo da vacina”. Os governos ocidentais estocaram armazéns com remédios, mas deixaram bilhões de pessoas na África, Ásia e América Latina à própria sorte. Nos dois primeiros anos da pandemia, 40 novos bilionários em dólares apareceram na indústria farmacêutica. As 10 pessoas mais ricas do planeta já possuem uma riqueza mais significativa do que 40% de toda a humanidade.

Leia a íntegra no site do HP

O general alemão afirma que há um “impasse” no conflito da Ucrânia que “não podemos resolver militarmente” e que “negociações são o único caminho possível”. E acrescenta: “esta é também a opinião de Mark Milley, o Chefe do Estado Maior dos EUA

O ocidente pode enviar 100 Leopards para lá, que não mudarão em nada a situação militar geral. O general da reserva Erich Vad conclamou à formação de “uma ampla frente pela paz” e pediu que “o ativismo sem sentido na política alemã [pró-guerra] tenha fim”. “Caso contrário, ao acordarmos numa manhã estaremos no meio da Terceira Guerra Mundial”.

O ex-conselheiro militar do governo Merkel, general Vad, manifestou-se contra a decisão, recém tomada em Berlim, de entregar tanques alemães Leopard 2. “Isto é uma escalada militar, também na percepção dos russos”, embora ressalte que os Leopards não são “uma bala de prata” e “não mudarão a situação militar geral no longo prazo”.

Que se quer alcançar com essa entrega dos Leopards, ele pergunta: “Uma disposição para negociar? Reconquistar o Donbass ou a Crimeia? Ou derrotar a Rússia completamente? Não há uma definição realista do estado final. E sem uma política geral e um conceito estratégico, entregas de armas são puro militarismo”.

O governo Scholz anunciou o envio a Kiev de 14 tanques Leopard 2 e também liberou qualquer país que tenha esse tanque para a entrega, falando-se ao todo em cerca de 100 possíveis tanques. Também estão enviando tanques os EUA, Reino Unido e França. “Vão arder como os outros”, reagiu o Kremlin.

Ele advertiu que essa escalada das armas poderia gerar um impulso por si mesmo que “não possamos mais controlar”. E acrescentou que, “se foi e é certo apoiar a Ucrânia, as consequências devem finalmente ser levadas em conta”.

Para o ex-conselheiro, há um “impasse operacional” no conflito, que “não podemos resolver militarmente”. Incidentalmente – ele acrescenta – “esta é também a opinião do Chefe do Estado Maior norte-americano, Mark Milley. Ele disse que a vitória militar da Ucrânia não é provável e que negociações são o único caminho possível”.

“DESPERDÍCIO DE VIDAS”

Qualquer outra coisa “é um desperdício sem sentido de vidas humanas”, disse Vad. Como observou a entrevistadora Annika Ross, a declaração do general Milley “causou um bocado de perturbação em Washington e foi fortemente criticada em público.

“Falou uma verdade desconfortável”, concordou Vad, notando que foi abafada na mídia alemã, apesar de ter sido dada à CNN e de Milley ser “o chefe do Estado Maior da nossa principal potência ocidental”.

“O que está ocorrendo na Ucrânia é uma guerra de atrito. E uma guerra com quase 200 mil soldados mortos e feridos de ambos os lados, com 50 mil civis mortos e com milhões de refugiados. Milley traçou um paralelo com a I Guerra Mundial que não poderia ser mais correto. Durante a I Guerra Mundial, o chamado ‘Moínho de sangue de Verdun’, o qual foi concebido como uma batalha de atrito, levou às mortes de quase um milhão de jovens franceses e alemães. Eles tombaram para nada. Assim, a recusa a negociar das partes em guerra levaram a milhões de mortes adicionais. Esta estratégia não funcionou militarmente então – e tão pouco funcionará hoje”, afirmou Vad.

O ex-conselheiro admitiu que tem sido atacado por “clamar por negociações”, assim como o Inspetor Geral das Forças Armadas Alemãs, General Eberhard Zorn, que “tal como eu, advertiu contra a superestimação das ofensivas regionalmente limitadas dos ucranianos nos meses de verão”.

Vad enfatizou que especialista militares – que sabem o que se passa no terreno e o que a guerra realmente significa – têm

sido amplamente excluídos do debate sobre o conflito. “Eles não se encaixam na formação de opinião promovida pela mídia. Estamos em grande medida experimentando uma sincronização da mídia que nunca senti antes na República Federal da Alemanha. Isto é pura fabricação de opinião”.

“A maioria da população está há muito tempo, de acordo com a pesquisa mais recente, contra novas entregas de armas. Contudo, nada disto é relatado (na mídia). Em grande medida já não há mais um debate justo e aberto sobre a guerra da Ucrânia e acho isso muito perturbador”, disse o ex-general. Isso – ele destacou – “me mostra quão certo estava (o ex-primeiro-ministro) Helmut Schmidt. Numa conversa com Merkel, ele lhe disse: a Alemanha é e continuará a ser uma nação ameaçada”.

Sobre a atual ministra das Relações Exteriores, a ‘verde’ Annalena Baerbock, que recentemente disse que a Alemanha estava “em guerra com a Rússia”, Vad disse que “é difícil de suportar a unidimensionalidade da atual política externa” alemã. “Está muito fortemente focada nas armas. A principal tarefa da política externa é e continua a ser a diplomacia, a reconciliação de interesses, o entendimento e a gestão de aqui. Fico feliz por termos na Alemanha finalmente uma ministra das Relações Exteriores, mas não basta apenas usar a retórica da guerra e andar por Kiev ou o Donbass com um capacete e um colete à prova de bala. Isso é muito pouco”.

“Não entendo a mutação dos Verdes, de partido pacifista para partido da guerra. Eu próprio não sei de qualquer verde que tenha sequer feito o serviço militar. Para mim, Anton Hofreiter é o melhor exemplo deste duplo padrão. Antje Vollmer, por outro lado, que eu não contaria entre os verdes ‘originais’, chama as coisas pelos seus nomes”, assinalou Vad, dizendo que é “muito preocupante” que um único partido tenha tanta influência política que possa “manobrar nos para uma guerra”.

Indagado de que conselho teria dado em fevereiro de 2022 ao primeiro-ministro Scholz, se ainda estivesse no posto que ocupou no governo Merkel, Vad asseverou que seria “apoiar militarmente a Ucrânia, mas de uma maneira medida e prudente a fim de evitar se tornar parte do conflito”. “E o teria aconselhado a influenciar o nosso mais importante aliado político, os EUA. Porque a chave para resolver a guerra jaz em Washington e Moscou”.

“AVANÇOS NO LESTE”

Quanto ao efeito real do envio de tanques alemães para o regime de Kiev, o ex-conselheiro militar observou que “não são suficientes” para dominar a Crimeia ou o Donbass. “No leste da Ucrânia, na área de Bakhmut, os russos estão avançando claramente. Eles provavelmente conquistarão completamente o Donbass em pouco tempo. Basta considerar a superioridade numérica dos russos sobre a Ucrânia. A Rússia pode mobilizar mais de dois milhões de reservistas. O ocidente pode enviar 100 Martens e 100 Leopards para lá, mas eles não mudarão em nada a situação militar geral”.

Mas, sublinhou Vad, “a questão mais importante é como acabar um tal conflito com uma potência nuclear pronta para a guerra – recorde que a potência nuclear mais poderosa do mundo! – sem entrar na terceira guerra mundial”.

Apesar de recitar algumas linhas do mantra oficial sobre a justeza da ‘ampliação da Otan para leste’ e sobre a urgência de ‘conter Moscou’, Vad afirmou “não ser crível” que “Putin não queira negociar”.

Leia mais no site do HP

A cultura como eixo fundamental na reconstrução do Brasil



[O texto que publicamos nesta página é a intervenção, na 13º Bienal da União Nacional dos Estudantes (UNE), de Valério Bemfica, presidente do Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (CPC-UMES). Devido à sua importância, neste momento grave de devastação do país, após quatro anos de obscurantismo bolsonarista, com a política cultural entregue ao troglodismo fascista, consideramos um dever a sua divulgação entre os nossos leitores (C.L.)]

VALÉRIO BEMFICA

Com dia a todos e a todas. Minhas saudações especiais aos meus companheiros de mesa, minha camarada Deputada Jandira Feghali, cara presidenta da Funarte, Maria Marighella, Deputada Rosa Amorim, companheiro Leo do MTST. Agradeço à Bruna Brelaz (presidente da UNE) e a Paola Soccas (coordenadora do CUCA da UNE) pelo convite que me foi feito

Eu queria começar dizendo que eu já tive diversas oportunidades de debater em Bienais da UNE, mas sempre sobre temas mais específicos. Lembro de uma linda conversa com a Jalusa Barcellos e o saudoso Arthur Poerner, onde falamos sobre o CPC, entidade nascida na UNE e que a UMES de São Paulo teve a genial ousadia de recriar. Ou outra ocasião, onde, com Rômulo Costa (Furacão 2000), falamos sobre a música independente e seus caminhos.

Este ano, por motivos óbvios, o tema precisa ser mais amplo: temos uma Nação em frangalhos, vilipendiada, corrompida, assolada pelo ódio. O Brasil clama por reconstrução. Nos últimos quatro anos tivemos – sem a menor dúvida e em todos os aspectos – o pior presidente da história desse país. Sou mais velho do que a maioria de vocês e o primeiro presidente de quem ouvi falar foi o Médiçi, de triste memória, a quem meu pai, brizolista convicto, xingava diariamente. Desde então lembro de todos – e quase todos foram ruins. Mas nenhum foi tão deletério quanto o inominável, hoje exilado na Disneylândia. Nem a besta do Collor!

São poucos os adjetivos negativos que, dirigidos a ele, possam soar falsos: é genocida, ignorante, preconceituoso, arrogante, corrupto, boquirroto, covarde, etc., etc. Mas, ainda assim, foi para o segundo turno e fez 58 milhões de votos! Como explicar uma barbaridade dessas? E o que que fazer para que isso nunca mais se repita, uma vez que “ainda está fértil – e prenhe – o ventre que pariu a besta imunda”? – como dizia Brecht, em Arturo Ui.

Me desculpem os sociólogos, filósofos, políticos, educadores, mas a resposta sobre como chegamos nisso – e de que forma podemos sair – está no campo cultural. Acho até que poderíamos ter a petulância de rebatizar essa mesa: “A cultura É o eixo fundamental na reconstrução do Brasil”. Mas vamos justificar primeiro.

Se observarmos só a “Era do Coiso”, a questão chega a ser óbvia. Desde o início, o ódio à cultura sempre foi a tônica dominante. Mesmo antes da eleição: em setembro de 2018 o Museu Nacional foi destruído por um incêndio. O então aspirante a Presidente da República foi incapaz de manifestar qualquer pesar. Se falasse, provavelmente diria algo como: “E daí, não sou

bombeiro, porra!”. Tão logo foi proclamado o resultado das eleições de 2018, o guru-astrólogo do bando zurrou, desde a capital dos Confederados Norte-Americanos: “Nossa tarefa principal é combater o Marxismo Cultural!”. E começou aí a mais tenebrosa era da cultura nacional. Logo no começo do governo passado, escrevi um artigo intitulado Introdução ao bolsonarismo cultural: Elogio da Loucura e da Picaretagem, denunciando a nomeação de monarquistas alucinados, blogueiros de turismo, roteiristas de segunda linha da TV Record, lunáticos de todos os quilates e terraplanistas assumidos para os principais cargos do Ministério da Cultura, rebaixado à condição de Secretaria Especial. Na presidência da Funarte, onde hoje podemos nos orgulhar de ter a companheira Maria Marighella, foi instalado um cidadão que achava que “os Beatles vieram para implantar o comunismo, o John Lennon tinha um pacto com o diabo e Elvis Presley era produto de agentes soviéticos infiltrados na CIA.” Tudo isso sob a regência de um dublê de Goebbels. Como é história recente, e todos vocês devem se lembrar, não vou me deter muito nisso, na secretária Porcina (a que foi sem nunca ter sido), nem no galã de malhação, que não sabia quem foi Lina Bo Bardi e que preferia clubes de tiro a bibliotecas. Esses episódios, mesmo sendo trágicos, nós vencemos, foram derrotados nas urnas.

A minha questão é saber como uma turba de alucinados, que nutrem um profundo ódio à cultura nacional, conseguiu, tanto em 2018 quanto em 2022, convencer cerca de 58 milhões de brasileiros a votarem em seu representante. E minha tese é que a cultura brasileira vem sendo solapada há anos, com reflexos diretos na nossa educação, no nosso jeito de viver, nas nossas lutas sociais, na nossa economia. Precisamos começar a reconstrução do Brasil resgatando o sentimento de pertencimento do nosso povo, resgatando o orgulho de ser brasileiro, de ser parte viva de uma das culturas mais ricas que o mundo já viu. Estarei eu sendo chauvinista? Com certeza não. Ariano Suassuna disse, certa vez, que era absurdo ser contra a cultura estrangeira. Mas que era preciso fortalecer a cultura brasileira porque só assim “qualquer coisa que vem de fora em vez de ser uma influência que nos descaracteriza, que nos esmaga, que nos corrompe, passa a ser uma incorporação que nos enriquece”.

Uso a palavra Cultura no sentido daquilo que não é simplesmente dado pela natureza, ou seja, aquilo que é trabalhado, construído pela ação humana, tanto no campo material quanto no do pensamento. Ou seja, o conjunto de valores, sejam eles materiais ou espirituais, de saberes, de crenças e hábitos, que a humanidade cria através de suas práticas sócio-históricas,



e que caracterizam cada sociedade e cada momento histórico.

Assim, podemos dizer que o nosso idioma, a nossa arte em geral (música, dança, teatro, literatura, artes plásticas, cinema, etc.) e também nossa culinária, os saberes populares (lendas, mitos, práticas da medicina popular), as crenças e manifestações religiosas, as tradições, nossa maneira de tratar com os outros, os hábitos, os esportes, os valores morais, tudo isso integra a nossa cultura. É o que nos faz brasileiros do século XXI, é o que nos permite viver o presente, ter um passado, almejar um futuro. E são essas coisas que vêm sendo atacadas sistematicamente – às vezes de forma aberta, às vezes de maneira velada.

Mário de Andrade, em “O Poeta come Amendoim”, dedicado a Carlos Drummond de Andrade, define assim seu amor pelo Brasil:

“Brasil que eu amo porque é o ritmo do meu braço aventureiro/ o gosto dos meus descansos,/ o balanço das minhas cantigas, amores e danças./ Brasil que eu sou porque é a minha expressão muito engraçada,/ Porque é o meu sentimento muito pachorrento,/ Porque é o meu jeito de ganhar dinheiro, de comer e de dormir.”

O imperialismo – e não tenho vergonha de usar essa palavra – apresentando-se como “moderno”, “pós-moderno”, “liberal”, “neoliberal”, “o mercado”, ou qualquer outro desses rótulos, ataca justamente isso: nossos ritmos, gostos, sentimentos, crenças, trabalhos, prazeres. Por meio de filmes, livros, músicas, séries de TV, programas e métodos educacionais, jogos, redes sociais, ditam os comportamentos e as convicções das gerações de milênios, X, Y, Z (meras patacoadas geradas em departamentos de marketing). Vendem uma suposta globalização – tsunami invencível – que acabou com a possibilidade e com a validade de qualquer coisa nacional. Ganham, dessa forma, por dois lados: aumentam seus lucros extraordinariamente, vendendo os seus enlatados e, ao mesmo tempo, moldam a mente, os sonhos e as vidas dos brasileiro à imagem e semelhança deles.

Vejamos o caso do cinema: no país de Anselmo Duarte, Nelson Pereira dos Santos, Leon Hirszman e Glauber Rocha, fomos convencidos de que a mão invisível do mercado é

que devia conduzir os rumos do nosso audiovisual. Aos poucos, os estrangeiros dominaram o setor de distribuição e exibição, além de já terem fincado as garras profundamente na produção. O resultado é que, se há quatro décadas atrás tínhamos 60% da bilheteria com o cinema nacional, hoje comemoramos quando chegamos a 20%. Só 8% das cidades têm cinema e temos menos salas do que há cinquenta anos atrás. Continuamos, é verdade, produzindo audiovisual, temos bons artistas e técnicos. Mas só vai bombar o que os gringos quiserem, o que corresponder à estética e à ideologia deles.

Já na música, convenceram milhões de incautos de que os modelos de negócio disruptivos das startups da internet levariam cultura gratuita aos quatro cantos do planeta. Mas a realidade hoje é que meia dúzia de big techs monopoliza o mundo virtual, pratica preços abusivos e tenta se colocar acima das leis de qualquer país. Usando argumentos libertários, travaram uma luta sem tréguas contra os direitos autorais (ou seja, contra os autores nacionais!), afirmando que era preciso flexibilizá-los para que a música circulasse livremente e o monopólio das gravadoras acabasse. A verdade é que houve uma monopolização ainda maior no mercado da música, as antigas gravadoras ficaram ainda mais fortes e a diversidade musical diminuiu. Continuamos tendo excelentes músicos e grandes criadores. Só que, para sobreviverem, foram transformados em “produtores de conteúdo para as redes”. Se der para fazer dancinha no TikTok, melhor. Se antes o Brasil era conhecido por Garota de Ipanema (segunda canção mais tocada na história da música mundial), e por gerar lendas mundiais, como Carmen Miranda, João Gilberto e Baden Powell, parece que hoje a maior honra que um artista brasileiro pode ter é ganhar um prêmio brega da indústria musical estadunidense, entregue em Las Vegas.

Na área da educação, cada vez mais a arte sai, os negócios ficam. No país de Villa-Lobos, Pixinguinha, e Tom Jobim, existe uma lei (11.769/2008) que determina o ensino de música nas escolas. Só que ela não é aplicada. Em compensação, no país de Eike Batista, a disciplina de “empreendedorismo” já é ensinada do Fundamental 1, sem que nenhuma lei exija! No país de Dias Gomes, Vianinha, Fernanda Montenegro e

Paulo Autran, teatro na escola, quando existe, é só enfeite. Mas, no país em que 70% dos trabalhadores ganham até dois salários-mínimos, ensina-se pomposamente “Educação Financeira”! Deve ser para formar investidores para substituir os controladores das Lojas Americanas...

No Brasil onde mais de 60% são pretos e pardos, Brasil de Zumbi, Henrique Dias, Luísa Mahin, Luiz Gama, Machado de Assis e João Cândido, existe a lei 10.639, que estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, e que completou 20 anos em janeiro. Só que continuam faltando materiais didáticos, professores, capacitação. Em compensação, anuncia-se, com pompa e circunstância, o ensino obrigatório de “Projeto de Vida” no ensino médio.

No discurso, essa é a maneira de fazer que de nossas favelas surjam dezenas de Zuckerbergs, Musks e Gates. Na prática serve para convencer milhões de futuros trabalhadores – além de pesquisadores, jornalistas e professores – de que emprego é um conceito ultrapassado. Que o legal é ser empreendedor, parceiro de companhias descoladas na economia colaborativa. O resultado é uma legião de explorados, trabalhando doze horas por dia, alugando carros para enriquecer os donos da Localiza e do Uber ou alugando bicicletas do Itaú para encher as burras do iFood.

Nem o nosso “jeito de comer” escapa dos tentáculos do neoliberalismo, da globalização e do mercado. Na terra onde “em se plantando tudo dá”, resolveram só plantar soja, milho e cana (comodities!). Mas precisamos importar feijão e 30% da população passa fome. Mandamos carne – muitas vezes às custas de nossas florestas – para o mundo inteiro, enquanto milhões de miseráveis se digladiam na fila do osso. Quando o MST coloca uma terra improdutiva para produzir comida para os brasileiros, é taxado de terrorista. Mas quando os grandes latifundiários grilam uma terra pública, desmatam, expulsam indígenas e põe meia dúzia de bois no pasto, é agrobusiness!

Para abreviar, nem vou falar do genocídio perpetrado contra os povos indígenas. Não por achar o tema menos importante: os indígenas são um dos pilares fundamentais da nossa nação. Destruí-los significa destruir o Brasil. Mas é que as imagens do sofrimento do povo Yanomami, veiculadas

Valério Bemfica, presidente do CPC-UMES, na 13º Bienal da UNE (foto: Instagram/UNE)

nos últimos dias, são muito mais fortes do que qualquer palavra que eu pudesse dizer. E ainda tivemos que ouvir de um governador reeleito – que há muito já trocou sua alma vil por um punhado de ouro – recomendar que os indígenas “saíssem do mato” e parassem de “viver como bichos”.

Ainda teria muitos exemplos a dar, mas o tempo é curto. O fato é que a cantilena liberal-imperialista teve um razoável sucesso nas suas pregações. A tal ponto que parte de nosso povo perdeu totalmente o interesse pela nossa cultura e pelos nossos valores. Tudo o que é estrangeiro é melhor! Alguns passaram a sentir vergonha de serem brasileiros. A camisa da seleção brasileira foi apropriada como uniforme de lunáticos. Ser chamado de patriota virou quase um xingamento.

Precisamos resgatar nossa cultura, nossos símbolos, nossos valores. Precisamos salvar milhões de compatriotas que foram seduzidos e enganados pelo discurso neoliberal fascizante! Alguns podem achar que eu estou sendo radical, que as tudo está indo pelo seu caminho natural, que certas coisas não podem ser revertidas ou vencidas. Acho que não. Precisamos chamar as coisas pelo seu verdadeiro nome. Fascismo é fascismo, não “liberalismo”. Especulador é especulador, não “investidor”. Imperialismo é imperialismo, não “livre comércio”. Não se trata de “luta por inclusão”, é luta de classes mesmo! Trabalho sem direitos, não é “parceria”, é aumento da exploração da mais valia absoluta. Volto ao velho e bom Brecht, em seu poema Nada é impossível de mudar:

“Desconfiai do mais trivial,/ na aparência singular,/ ex aminai, sobretudo, o que parece habitual./ Suplicamos expressamente:/ não aceiteis o que é de hábito/ como coisa natural./ Pois em tempo de desordem sangrenta,/ de confusão organizada,/ de arbitrariedade consciente,/ de humanidade desumanizada,/ nada deve parecer natural./ Nada deve parecer impossível de mudar.”

Essa é a minha análise, talvez compartilhada por muitos de vocês. Mas não basta saber o que está acontecendo ou indignar-se com a situação. É preciso agir. Na Tese número XI sobre Feuerbach, Marx disse: Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se porém de modificá-lo. Parafraseio: não cabe aos fazedores de cultura do Brasil, nesse momento, apenas expressar a realidade e a condição humana. É preciso modificá-las. Precisamos de arte, de música, teatro, dança, literatura, cinema. Precisamos de um Ministério da Cultura forte e presente. Precisamos de educação humanista, de trabalho digno, de natureza preservada. Precisamos construir o Brasil da solidariedade, do amor, da esperança. Precisamos acabar com o ódio, com a violência, com o preconceito. Um Brasil onde o trabalhador seja mais importante do que o investidor.

E a cultura é a grande arma para isso. Em um texto com tantas citações, encerro com Chico Buarque: “Cria, ilustre cavalheiro / Contra fel, moléstia, crime / Use Dorival Caymmi / Vá de Jackson do Pandeiro”.

Obrigado.